



Anais da Assembleia

Nº 93

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1979

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo e Renato Bernardi (51); achando-se ausentes os Srs. Deputados Nelson Buffara, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 79/79

Curitiba, 06 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 14 de março de 1979, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Município de ARAPONGAS, objetivando a implantação de uma Unidade de Preparação de Mão-de-Obra - UPMO, em imóvel de propriedade do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

-- Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 81/79

Curitiba, 06 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 22 de dezembro de 1978 e 30 de abril de

1.979, ao convênio celebrado em 27 de setembro de 1.978, entre o Governo do Estado e o Município de BOCAIÚVA DO SUL, com a participação da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de desenvolvimento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

-- Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 82/79

Curitiba, 06 de agosto de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano dos referidos municípios.

Município e nº do convênio

Data da Celebração

Curitiba - 03/79 - COMEC 20/02/79

São José dos Pinhais - 05/79 - COMEC 29/05/79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

-- Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 83/79

Curitiba, 06 de agosto de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Município e nº do Convênio

Data da Celebração

Abatiá - 132/79 - SEPL 02/07/79

Andirá - 133/79 - SEPL 29/06/79

Arapongas - 134/79 - SEPL 29/06/79

Araruna - 135/79 - SEPL 29/06/79

Assaí - 136/79 - SEPL 29/06/79

Bandeirantes - 137/79 - SEPL 29/06/79

Barbosa Ferraz - 138/79 - SEPL 29/06/79

Bela Vista do Paraíso - 139/79 - SEPL 29/06/79

Campina da Lagoa - 140/79 - SEPL 29/06/79

Campo Mourão - 141/79 - SEPL 29/06/79

Município e nº do Convênio	Data da Celebração
Carlópolis - 142/79 - SEPL	29/06/79
Castro - 143/79 - SEPL	29/06/79
Cianorte - 144/79 - SEPL	29/06/79
Congonhas - 145/79 - SEPL	29/06/79
Francisco Alves - 146/79 - SEPL	29/06/79
Francisco Beltrão - 147/79 - SEPL	29/06/79
Goioerê - 148/79 - SEPL	29/06/79
Iretama - 150/79 - SEPL	29/06/79
Ivaiporã - 151/79 - SEPL	29/06/79
Jaboti - 152/79 - SEPL	29/06/79
Jacarezinho - 153/79 - SEPL	29/06/79
Jaguariaíva - 154/79 - SEPL	29/06/79
Janiópolis - 155/79 - SEPL	29/06/79
Joaquim Távora - 156/79 - SEPL	29/06/79
Laranjeiras do Sul - 157/79 - SEPL	29/06/79
Mal. Cândido Rondon - 158/79 - SEPL	29/06/79
Mariluz - 159/79 - SEPL	29/06/79
Matelândia - 160/79 - SEPL	29/06/79
Ortigueira - 161/79 - SEPL	29/06/79
Palmas - 162/79 - SEPL	04/07/79
Palotina - 163/79 - SEPL	12/07/79
Paraíso do Norte - 164/79 - SEPL	29/06/79
Paranacity - 165/79 - SEPL	29/06/79
Pato Branco - 166/79 - SEPL	29/06/79
Pinhalão - 167/79 - SEPL	29/06/79
Quedas do Iguaçu - 168/79 - SEPL	29/06/79
Rebouças - 169/79 - SEPL	29/06/79
Reserva - 170/79 - SEPL	29/06/79
Ribeirão do Pinhal - 171/79 - SEPL	29/06/79
Santa Cruz do Monte Castelo - 172/79 - SEPL	29/06/79
Santo Antônio da Platina - 173/79 - SEPL	29/06/79
São Mateus do Sul - 174/79 - SEPL	29/06/79
São Sebastião da Amoreira - 175/79 - SEPL	29/06/79
Tomazina - 176/79 - SEPL	29/06/79
União da Vitória - 177/79 - SEPL	29/06/79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 84/79

Curitiba, 06 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de renovação datado de 22 de dezembro de 1.978, ao convênio nº 09/78, celebrado em 18 de abril de 1.978, entre o Governo do Estado e o Município de ARAUCÁRIA, através da Secretaria do Planejamento e Interviniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 85/79

Curitiba, 06 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Acordo nº 01/79, celebrado em 29 de maio de 1.979, entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a realização de serviços que objetivam a implantação do Parque Regional do Iguaçu.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 86/79

Curitiba, 06 de agosto de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 13/09/78, aos convênios celebrados em 22 de fevereiro de 1.978, entre o Governo do Estado e os Municípios de MANDIRITUBA e RIO BRANCO DO SUL, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR e participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano dos municípios signatários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 87/79

Curitiba, 06 de agosto de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 22 de maio de 1.978, ao Convênio de Auxílio e Cooperação nº 41/79, celebrado em 20 de fevereiro de 1.979, entre o Governo do Estado e o Município de ITAMBARACÁ, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 88/79

Curitiba, 06 de agosto de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano dos municípios abaixo especificados:

Data do Aditivo

Município

23/12/78	Almirante Tamandaré
22/12/78	Balsa Nova
22/12/78	Araucária
22/12/78	Rio Branco do Sul
28/12/78	Campo Largo
22/12/78	Rio Branco do Sul
31/05/79	Piraquara
28/02/79	Piraquara
22/12/78	Campina Grande do Sul
28/02/78	São José dos Pinhais
30/04/79	Balsa Nova
30/04/79	Mandirituba
30/04/79	Colombo
30/04/79	Balsa Nova

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 89/79

Curitiba, 06 de agosto de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios - FAMEPAR, objetivando a realização de estudos e projetos para obras e serviços de interesse metropolitano e para o planejamento integrado do uso do solo.

Município

Data da Celebração

Balsa Nova	24/01/78
Quatro Barras	29/08/78
Mandirituba	29/08/78
Campo Largo	29/08/78
Balsa Nova	14/11/78
Mandirituba	14/11/78
Contenda	14/11/78
Colombo	14/11/78
Balsa Nova	14/11/78
Colombo	22/12/78
Araucária	22/12/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 90/79

Curitiba, 06 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Município

Data da celebração

Almirante Tamandaré	29/06/79
Araucária	29/06/79
Bocaiúva do Sul	29/06/79
Campina Grande do Sul	29/06/79
Campo Largo	29/06/79
Colombo	29/06/79
Contenda	29/06/79
Piraquara	29/06/79
Quatro Barras	29/06/79
Rio Branco do Sul	29/06/79
São José dos Pinhais	29/06/79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 91/79

Curitiba, 15 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a subscrever aumento de capital da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado em Jandaia do Sul.

O elevado interesse público de que é revestida a medida ora submetida a exame dessa augusta Casa de Leis reside no fato de que a Companhia de Saneamento do Paraná, objetivando melhor atendimento no fornecimento d'água à região, edificou no imóvel em questão, unidades de tratamento e reservatórios.

O anexo plano de lei contém dispositivo expresso segundo o qual a medida ora precedida de avaliação e preenchimento das demais formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever um aumento de capital da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, mediante a integralização pela incorporação de um imóvel constituído por um terreno com 2.659,25m², destacado da Quadra 30 do perímetro urbano da cidade de Jandaia do Sul, com frente para a Rua Senador Souza Naves, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º de ordem n.º 4535, fls. 215, do livro 3-C, do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas — 1.º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul.

Parágrafo único — A medida de que trata este artigo será precedida de avaliação e preenchimento das demais formalidades

legais exigíveis.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, tendo em vista a solicitação de desligamento formulada pelo Senhor Deputado Renato Bueno, da COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS DILIGÊNCIAS POLICIAIS e RELACIONADAS AO CRIME OCORRIDO E QUE VITIMOU O JORNALISTA PROPRIETÁRIO de "A FRONTEIRA DO IGUAÇU", indica o Senhor Deputado David Cheriegate para compor a referida Comissão.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Florai, Senhor Urbano Pedroni.

Requer, outrossim, que se dê ciência do pronunciamento feito da tribuna à Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Florai e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam inseridos na ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações à CASA DA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA DE CURITIBA, pela passagem dos seus 25 (vinte e cinco) anos de fundação, comemorado no dia 21/08/79.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência aos responsáveis.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Há 25 (vinte e cinco) anos surgia em Curitiba, uma casa que vinha preencher uma lacuna existente em nossa capital, um local para hospedar as estudantes do interior, que se dirigiam a esta capital.

Se justificativa precisasse, poderia enumerar vários benefícios oferecidos pela CEUC (CASA DA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA), entre eles a alimentação e o convívio sadio entre estudantes que almejam um lugar ao sol.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de congratulações aos Diretores proprietários da Retífica Motorama Ltda., que acaba de inaugurar as suas novas instalações nesta Capital, às margens da BR-116 - km 399,5 - Tarumã, se constituindo no gênero de retífica de motores, a maior empresa da América Latina.

Cumpre ressaltar o acendrado idealismo e espírito patriótico dos proprietários dessa organização, que compreendendo a situação difícil por que passa o País em relação ao petróleo, já

colocam em experiência a conversão de motores a álcool.

Requer-se que da presente decisão seja dado conhecimento à direção da empresa.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, tendo em vista a passagem do Primeiro Centenário de conquista do Pico Marumbi, a consignação na ata dos trabalhos desta Casa de um voto de louvor ao Círculo de Marumbinistas de Curitiba e Preto de Homenagem aos primeiros conquistadores do referido local.

Requer, ainda, que da aprovação deste se dê conhecimento à mencionada entidade.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) PINTO DIAS

JUSTIFICATIVA:

Na história do montanhismo no Paraná, a data de hoje, 21 de agosto de 1979, registra o Primeiro Centenário de Conquista do Pico Marumbi, na Serra do Mar, símbolo do montanhismo no Paraná.

Trata-se, sem dúvida, de acontecimento que não pode passar despercebido, em termos de eventos significativos em nossa terra.

Há cem anos, neste mesmo dia, os paranaenses Joaquim Olímpio de Miranda, Bento Manoel de Leão, Antônio e Silva e Antônio Messias, escalavam pela primeira vez o atual Pico do Olimpo, o maior conjunto Marumbi.

Em 3 de abril de 1943, em nossa Capital, foi criado o Círculo de Marumbinistas de Curitiba, e terceira entidade mais antiga do Brasil e a pioneira do Paraná, em termos de excursionismo, de turismo amador e de montanhismo em geral.

Ao longo dos seus 36 anos de existência a mencionada entidade vem apresentando valiosos esforços para a manutenção dessa importante atividade que outra coisa não visa a não ser, busca de aperfeiçoamento mental, físico e de companheirismo, para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm se dedicado a este setor esportivo.

Hoje, portanto, ao assinalarmos este importante acontecimento esportivo, acreditamos ser esta uma forma concreta e muito importante para o relembrar do acontecimento centenário que tão de perto está relacionado com a vida e a gente do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 13.º aniversário de fundação do Município de Assis Chateaubriand, a 20 de agosto último, e de confraternização com a sua população laboriosa pelo feliz evento.

Requer, também, o envio de cópia deste ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Koite Dodo, bem como à Câmara Municipal da mencionada Comarca.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

Considerando que Tupãssi fora um povoado pioneiro, inicialmente no Município de Guaíra, e depois, elevado a Distrito Administrativo e Judiciário do Município de Toledo, tomou-se de tão grande desenvolvimento que a sua emancipação político-administrativa se tornou uma exigência e uma necessidade;

Considerando que, em atendimento a essa exigência e a essa necessidade, o então Governador do Estado baixou a Lei

n.º 5.389, de 20 de agosto de 1966, de criação do Município de Assis Chateaubriand, nome que tomou o ex-Distrito de Tupãssi, em homenagem ao veterano fundador da cadeia dos "Diários Associados";

Considerando, que o Município de Assis Chateaubriand se constitui numa célula de apreciável desenvolvimento econômico, em razão, sobretudo, da sua volumosa produção agrícola;

Considerando, que esse desenvolvimento econômico representa notável contribuição para a receita pública do Estado do Paraná;

Considerando, que não pode passar despercebida a data de sua fundação, motivo de grande alegria para todos quantos colaboram com o seu trabalho fecundo, para o desenvolvimento geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, ouvido o Plenário e nos termos do Regimento Interno deste Poder, REQUER seja consignado um voto de regozijo aos Médicos e Professores paranaenses Mário Braga de Abreu, Fernando Silveira Picheth, Wagner Luiz do Nascimento, Nelson Castro Júnior e Nicolau Malluf Dabul Júnior, pela realização, em Curitiba, do Curso de Cirurgia Vascular, sob o patrocínio da Sociedade Médica dos Hospitais da Santa Casa de Curitiba e Sociedade Brasileira de Angiologia, Regional do Paraná. Da decisão plenária, solicito sejam oficiados os ilustres médicos acima nominados.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O primeiro Curso de Cirurgia Vascular, realizado por louável iniciativa de conceituado grupo de médicos do nosso Estado, contou com a participação de conferencistas de outros Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, destacando-se mestres universitários, como os Professores Henrique Stanlke Júnior, Elias Abrão, Luiz Edgard Puech Leão, Maximiano T. Vila Albers, Carlos José de Brito, Fernando Duque, Sydney Arruda, Rubens C. Mayall, Edvaldo Telles e Mário Degni. A experiência de cada um dos ilustres professores foi levada a uma assistência das mais interessadas em tão importante matéria, pois a cirurgia vascular, nos dias atuais, ganha crescente densidade. Deve-se louvar, por ser de inteira justiça, a iniciativa dos médicos paranaenses que organizaram e coordenaram o referido curso, sob a orientação do Serviço de Clínica Cirúrgica do Prof. Dr. Mário Braga de Abreu, de todos conhecido pela sua notória capacidade técnica e exemplar formação pessoal. Da mesma forma, merece destaque a participação e coordenação de uma nova geração de médicos do Paraná, aqui formados e aqui em atividade profissional, emprestando o brilho de seu talento a um vital setor da vida do ser humano, a medicina: Fernando Silveira Picheth, Wagner Luiz do Nascimento, Nelson Castro Júnior e Nicolau Malluf Dabul Júnior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, solicitando que ofereça à Nação, em caráter de urgência, uma solução imediata e eficaz, visando normalizar a situação dos presos políticos da Penitenciária Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, que há 30 dias iniciaram greve de fome, como forma pacífica de protestar contra a Anistia parcial que o Governo pretende decretar. A omissão poderá gerar uma tragédia social.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Há 30 dias a Nação acompanha atentamente a greve de fome dos 14 presos políticos da Penitenciária Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro. Não queremos entrar no mérito da questão, que motivou a prisão desses quatorze brasileiros, nem polemizar a validade da atitude assumida pelos menos, numa forma de protesto contra a pretendida Anistia parcial. O nosso objetivo, isto sim, é denunciar a insensível e desumana indiferença com que as nossas autoridades acompanham o episódio. Segundo os boletins médicos, os presos políticos enfrentam "sério processo de enfraquecimento". Será que só a morte de um deles, abrirá a mente embutida dos nossos governantes? O Presidente da República não pode ignorar o que está acontecendo. É preciso que o Presidente tome uma atitude digna e coerente com os princípios de humanidade e justiça. A situação poderá terminar em tragédia. Que o Presidente João Figueiredo estenda a mão em favor desses brasileiros, o que aliás, poderia até reforçar a "popularidade" ibopeana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, solicitando a implantação do sistema Monocanal na Vila São Camilo, Município de Palotina.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O progressista Distrito de Vila São Camilo, visto o seu elevado número de habitantes, que faz uma grande movimentação comercial, tem em funcionamento diversas escolas e, sobretudo, uma produção agrícola de alto nível, e se faz merecer da implantação do sistema Monocanal. Deve também, ser considerado de modo especial, a distância de cerca de 23 km da sede municipal de Palotina, o que, em caso de emergência, isola a população daquela localidade.

Justificam-se, portanto, plenamente as solicitações daqueles moradores, e, contamos pois, com o total apoio dos preza-dos colegas Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Sr. HUGO FISCHER, DD. Presidente da Rio Sul Serviços Aéreos Regionais S/A., com sede à Av. Nilo Peçanha, 155, conj. 306, Rio de Janeiro - RJ, solicitando que a referida empresa inclua em sua rota, vãos diários entre Campo Mourão e Curitiba.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é município sede da Micro-região da COMCAM, congregando dezenoves municípios e conta atualmente com mais de 60 mil habitantes em sua área urbana e 65 mil na área rural.

Possue sua infra-estrutura aeroportuária com condições ideais, sendo seu aeroporto totalmente asfaltado, além de uma clientela estimável, que hoje se vê obrigada a se utilizar do aeroporto de Maringá, distante 80 km de Campo Mourão.

Sendo assim, solicitamos a Vossa Excelência o especial empenho para que Campo Mourão possa contar também, com esse benefício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja

encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., desta Capital, a fim de que seja estudado a viabilidade da instalação de uma agência desta rede bancária na sede municipal de Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se o aumento populacional do Município de Alto Piquiri e, conseqüentemente, maior número de usufruidores de entidades bancárias, através das quais estabelecem melhor e com maior garantia suas transações comerciais;

Considerando também, que os moradores daquele município sentem-se obrigados a deslocar-se até o Distrito de Brasília a fim de poderem contar com os serviços do Banco do Estado do Paraná, para o que se faz necessário percorrer diversos quilômetros;

Considerando-se ainda, que a instalação desta agência será de significativa importância para aquele município, bem como para os da redondeza que não possuem a sua agência própria, solicitamos sejam empreendidos estudos com o fim de que se concretize esta idéia, fato pelo qual, temos a certeza de que o povo que ali reside, agradecerá imensamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei 58/77, que visa autorizar o Poder Executivo a construir um trevo de acesso rodoviário à cidade de Paissandu, na Rodovia Oswaldo Pacheco de Lacerda, constante em pauta e prestes a ser incluído na Ordem do Dia, mas tendo em vista o largo espaço de tempo decorrido desde a apresentação do mesmo até esta data, a obra já haver sido executada.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 28/79, de sua autoria, que visa dar nova denominação ao Distrito de Catarinenses, no Município de Paranavaí, face às modificações aprovadas pela Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, de Regimento Interno e Procedimento, e comunicado à Comissão de Constituição e Justiça através do Ofício n.º 27/79, de 04/05/79, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo Dr. Lineo Ristow, diretor-proprietário da Retífica Motorma Ltda., por ocasião da inauguração das suas novas instalações às margens da BR-116, nesta Capital, por entendermos tratar-se de um documento que retrata o alto espírito empreendedor do homem paranaense, pois, essa organização se constitui hoje no maior conjunto arquitetônico da América Latina, no gênero de retífica de motores. Além disso, mostra as perspectivas da empresa no sentido de contribuir para a política que a Nação brasileira defende, que é o aproveitamento de suas fontes próprias de energia, com medidas já concretas de conversão de motores para álcool, como comprovam os projetos que a nossa imprensa escrita, na oportunidade registrou.

Requer-se também, que seja encaminhado cópia do presente discurso, bem como, dos jornais que registraram o acontecimento com matéria ilustrativa, cujos exemplares vão anexos, aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Indústria e Comércio, Ministro das Minas e Energia, Governador do Estado do Paraná e Secretário da Indústria e Comércio do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem solicitar o desligamento da Comissão Especial Composta para acompanhar as diligências públicas relacionadas ao crime ocorrido contra o jornalista proprietário do jornal "A Fronteira do Iguçu", por motivos de foro íntimo.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) RENATO BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 118/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Cruz Machado o lote de terreno urbano com a área total de 1.233 m² (mil duzentos e trinta e três metros quadrados), n.º 01 (um) da Av. Dr. Pedro de Toledo, limitando de um lado com propriedade de Rodolfo Knieling e de outro com propriedade de Jorge Pohl e nos fundos com propriedade de Sérgio Savitzki, contendo uma casa de madeira, coberta de taboinhas e mais benfeitorias existentes, cujo imóvel, título n.º 266, de 14 de maio de 1945, encontra-se transcrito sob n.º 15.519, às fls. 193, do Livro n.º 3-P, no Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de imóvel central e, por isso, nada mais justo que o Governo Estadual fazer esta doação ao Município de Cruz Machado, uma vez que o mesmo necessita do referido terreno para dar ampliação à sua sede administrativa.

PROJETO DE LEI N.º 119/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Amaporã, a motoniveladora marca Caterpillar, modelo 12 E, ordem 27, ano de fabricação 1962, de propriedade do Estado, que se encontra no 14.º Distrito do D.E.R., sediado em Paranavaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) PINTO DIAS

JUSTIFICATIVA:

A referida máquina, que se pretende seja doada ao Município de Amaporã, está sendo considerada sem condições de atender aos serviços prestados pelo D.E.R., junto ao 14.º Distrito, sediado em Paranavaí.

Ocorre, porém, que a mesma poderá atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Amaporã, que, sem equipamentos adequados, está encontrando sérias dificuldades na conservação de suas estradas e outros serviços.

Caso, pois, a doação seja efetivada, esse fato virá contribuir sobremaneira para um maior desenvolvimento daquele município e, também, daquela próspera região paranaense.

Conhecedores que somos do elevado espírito público dos ilustres Membros desta egrégia Casa, temos certeza de que a presente matéria terá a melhor acolhida.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença dos empresários e jornalistas de Cascavel, Dalton Toledo e Hilton Melitto.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto hoje à tribuna para repudiar a atitude de policiais militares que invadiram a Delegacia de Polícia do vizinho Município de Piraquara. Num ato realmente deplorável, condenável, 15 elementos fardados com roupa da Polícia Militar do Estado do Paraná invadiram aquela Delegacia, para seqüestrar um cabo que havia sido detido por cometer um assassinato.

Este fato deixou preocupada a população de Piraquara, porque sentiu que não existe segurança nem mesmo dentro da própria Delegacia. Então, nós decidimos optar por um requerimento em ação preliminar ao Sr. Secretário de Segurança Pública, do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de punir os responsáveis pela invasão da Cadeia Pública de Piraquara. (**Lê**):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências no sentido de punir os responsáveis pela invasão da cadeia pública de Piraquara, além de determinar o esclarecimento público do assunto que deixou perturbada a população daquele município.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

De abusos policiais e erros judiciais estão cheios os arquivos dos nossos aparelhos de segurança, muitas vezes com efeitos e danos morais ou pessoais irreversíveis para quem os sofreu, o que seria, por certo, razão suficiente para uma ação mais cautelosa por parte dos que têm a responsabilidade de apurar denúncias, comprovar suspeitas e deter inidiciados, a fim de que essa prática não transforme o policial numa figura odienta aos olhos da sociedade, como verdadeiros profissionais da truculência.

Conforme foi amplamente divulgado pelos jornais, a Delegacia de Piraquara foi invadida por policiais militares que destruíram portas, quebraram máquinas de escrever, viraram mesas e cadeiras, destruindo desta forma o patrimônio público. Tudo para libertar um companheiro (Cabo Orestes Ribeiro de Miranda) que havia sido preso por assassinar um inspetor daquele órgão policial. Se houve erro ou prisão ilegal não compete à PM julgar o fato, mas sim à Justiça, não justificando portanto a invasão àquela Delegacia.

Estamos solicitando providências no sentido de punir os responsáveis pela destruição do patrimônio público porque é preciso que as autoridades se façam respeitar, deixando de ser instrumentos de violência e ilegalidades, muitas vezes fatais para suas vítimas inocentes. Para que o povo de Piraquara possa realmente confiar nos agentes de sua delegacia, esta precisa ser respeitada e garantida com cobertura da Secretaria de Segurança, evitando que fatos lamentáveis e até intoleráveis como este se repitam. Piraquara reviveu cenas de um verdadeiro filme de banguê-banguê, merecendo uma explicação e séria tomada de atitude por parte de nossas autoridades do setor."

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente,

Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Lê**): "Há questão de meses o Governo, enfaticamente, evidenciou pretensão de realizar política de mãos estendidas. Logo em seguida, face à natural e correta atitude dos opositores em não atender as trovas oficialistas, o MDB foi criticado pela grande maioria dos governistas, bem como por setores da imprensa.

Agora, volta Sua Excelência, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, a pretender "aproximação" com a Oposição.

Vale refletir sobre esse estranho posicionamento do General. Primeiramente, situamo-nos entre os que não apoiaram a retribuição ao gesto expresso de mãos estendidas. Até porque, seria absolutamente inviável e ilusória qualquer aproximação. Afinal, esse regime que Figueiredo representa, tudo tem feito até hoje para prejudicar profundamente a Oposição. Violências de todas as espécies. Ultrajes e humilhações. Agressões e desonras. O MDB foi alvo, durante toda sua existência, de odiosas perseguições, bem como, de subterrâneas manobras planáltinas, recebendo seguidas manifestações da "ira dos deuses do Olimpo".

Torna-se fácil, pois, deduzir quanto a Oposição tem a **desconfiar** e **desacreditar** do seu tradicional agressor. Além do mais, é totalmente inconcebível que o atual Governo pretenda efetivar política de mãos estendidas e aproximação com os próceres opositores, ao mesmo tempo que inexistem atos concretos a traduzir tal objetivo.

Efetivamente, não temos restrições a que Governo e Oposição discutam amplamente, sem adesismos ou condicionantes, a conjuntura nacional. Mas, não podemos concordar com uma discussão de temas específicos — como quer o Governo —, pois estamos entre aqueles que entendem ser a crise econômico-social decorrente do modelo político. Portanto, a Oposição deve concentrar seus esforços na alteração desse mesmo modelo, caso contrário, dificilmente os problemas setoriais terão solução satisfatória no que diz respeito aos altos interesses do povo brasileiro.

Quer se contar com a Oposição, ao mesmo tempo em que tudo é feito para extingui-la. Busca-se aproximação com opositores, no mesmo momento em que cresce o desejo vergonhoso de instituir o voto distrital. Querem o nosso apoio, desconsiderando-nos com os propósitos de adiamento das eleições e prorrogação de mandatos.

Como pretender a aceitação de convites conciliatórios quando o Congresso Nacional, onde a maioria arenista, infestada pela presença execrável dos biônicos, tudo faz para alijar ações opositoras, derrotando Emendas Montoro e Benevides, aposentadoria dos professores, entre outras.

E para que exemplo mais claro e atual, do que a subserviência presepial no Projeto de Anistia, onde os situacionistas sem ao menos contraditar as diversas justificativas dos homens do MDB, sem buscar corajosamente defender seus pontos de vista, tão somente votam — e sempre contra —, quando a Nação inteira está reclamando ampliação do projeto oficial. E onde se chegou ao teatro do absurdo: o relator do projeto, antes da discussão da matéria, já tinha levado ao conhecimento público o conteúdo do relatório, numa atitude ímpar na história das tramitações internas de matérias congressuais.

Portanto, é fundamental registrar a terrível incoerência do Governo, em querer se aproximar da Oposição, quando tudo é feito para destruí-la.

Em segundo plano, fala-se em debater com a Oposição os graves problemas energéticos e a caótica inflação. Estranhável que o regime que sempre ignorou os pensamentos dos opositores; que espezinhou as idéias de mudanças sociais, políticas e econômicas, defendidas por vastas camadas emedebistas; que se arvorou poderes absolutos e infalíveis, agora, só agora — quando a confusão se generaliza, quando estão sendo colhidos os efeitos dos desmandos e desencontros administrativos, quan-

do surgem as conseqüências da incapacidade administrativa e política do regime, é que os oposicionistas servem e são mencionados para tê-los em redor de uma mesa, objetivando analisar a problemática nacional.

Que, em primeiro plano, o Governo apresente fatos concretos de respeito à Oposição, bem como convença seus representantes a não fazerem de uma maioria numérica — e tão somente numérica — um instrumento de agressão e ação ditatorial, no dia-a-dia do Congresso.

Após tal comportamento, seria possível e importante aos oposicionistas, o estudo, para em nome da democracia e da liberdade, poder aceitar convite de aproximação."

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorno à tribuna para proceder a leitura de um artigo publicado na edição de hoje, do jornal "O Estado do Paraná", que retrata uma realidade que existe no dia a dia de todos nós paranaenses. E que, lamentavelmente, não temos presenciado nenhuma providência por parte das autoridades responsáveis.

(Lê): "Sob a égide da racionalização de combustível, instalou-se no Brasil verdadeira indústria de multa de trânsito, onerando ainda mais, o já tão sacrificado orçamento familiar.

Inovando em matéria de direito, segundo disciplina nosso Código Nacional de Trânsito, é o motorista culpado, até que prove sua inocência, isso em recurso que lhe será admitido após paga a multa. Muitas vezes essa prova se mostra impossível, dado às circunstâncias, pois ou o motorista se encontra desacompanhado ou, então, na companhia de seus familiares, vistos como suspeitos pelas autoridades encarregadas dos julgamentos. Por outro lado, é o recurso praticamente impresso pelo órgão repressor, fato que impossibilita qualquer argumentação razoável.

No Paraná, agravando ainda mais a situação do motorista, o policiamento é entregue a elementos totalmente incapacitados e sem qualquer preparo para tratar com o público. Geralmente truculentos, avessos ao diálogo, só admitindo em caso de propina, ostensivamente armados e que, de maneira totalmente arbitrária, se julgam os donos da verdade.

Prova de que esse policiamento não visa a racionalização do combustível, como se apregoa, é que os guardas se localizam, nas estradas, sempre, nos terminais das longas descidas, onde fiscalizam as velocidades atingidas pelos veículos, principalmente caminhões, que trafegam em ponto-morto, sem utilização do motor.

Fato incrível aconteceu na segunda-feira passada, quando eu, acompanhado por uma filha pequena e um amigo, me dirigia à Fazenda Três Fronteiras, de propriedade do meu amigo Dr. Jaffer Felício Jorge, em busca de um casal de potros manga-larga que havia comprado no dia anterior. Antes da cidade de Alto Paraná, fomos parados por dois elementos da Polícia Rodoviária, sob a alegação de haveremos ultrapassado na faixa amarela. O terceiro elemento, um negro, se mantinha sentado no carro da Polícia e não interferiu de forma alguma na discussão que então se travou, entre eu e os dois outros policiais. Ao afirmar que não havia ultrapassado na faixa e sim antes dela, pois havia feito todo o percurso, até o guarda, atrás de dois caminhões, antes do qual voltara para minha mão de direção, fui interpelado, com severa brutalidade, se estava procurando "briga", se estava dizendo que "a Polícia Rodoviária" era desonesta.

Como eu estava desarmado, como estava em companhia de minha filha menor, nada mais me restava fazer do que engolir o desaforo e insistir que lavrassem a multa, já que entendiam ter ocorrido a infração. O que mais espantou, entretanto, é que, após lavrada a multa, o mesmo guarda que a redigiu, afirmou, maliciosamente, que eu havia voltado a minha mão de direção, "antes da faixa amarela", porque o tinha visto...

Multa-se, então, pela intenção do motorista e o Juiz se

constitui no guarda, sem qualquer preparo, semi-analfabeto, agressivo, fortemente armado e sem qualquer respeito pelas famílias que, por profissão, deve proteger.

Sei que não são todos os guardas como os que lavraram a multa n.º 217198, datada de 13 do corrente, mas é preciso que tais fatos não se repitam, pois nós, pais de famílias, não somos bandidos armados que devam ser perseguidos e atacados. Afinal, somos nós que pagamos os vencimentos desses guardas, motivo pelo qual merecemos respeito."

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

Antes, porém, registro com satisfação, a presença neste Plenário do Sr. Prefeito Municipal de Tapira, Sr. Luiz Antão Barbosa, acompanhado de uma comitiva de Vereadores, representado pelo Sr. Vereador Antônio Oliveira, Presidente da Câmara Municipal daquela cidade.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Duas vezes ocupamos esta tribuna na semana passada para me reportar ao crime efetuado na cidade de Cascavel. Na primeira vez, eu fazia um apelo no sentido de que o Secretário de Segurança e o próprio Governador do Estado, determinassem a indicação para as diligências e o inquérito sobre esse crime na cidade de Cascavel, fosse uma autoridade capaz, independente e competente.

Posteriormente, Senhor Presidente, não só pelo fato de ter recebido inúmeros telefonemas, mas também por ter recebido através de telex, um manifesto dos jornalistas, de que havia, efetivamente um clima de intranquilidade na cidade de Cascavel, foi que usamos novamente da tribuna.

Lamentavelmente ontem, o meu colega de bancada, o Deputado David Cheriegate, numa infelicidade a toda prova, por ter citado-me nominalmente, fez referência, e tenho em mãos as notas taquigráficas do seu discurso, diz que nós desmentimos que havia e que há um clima de intranquilidade em Cascavel, não sei com que propósito, dizia que teríamos nos pronunciado, mais pela emoção do que pela razão.

Atribuo essa afirmação de Sua Excelência, provavelmente à sua imaturidade, ao seu despreparo, Senhor Presidente, e limito-me a esses adjetivos nesta oportunidade exclusivamente, para me reservar ao direito de usar, inclusive, expressões mais pesadas, se for necessário, porque não aceito, absolutamente, essa imputação que Sua Excelência faz à minha pessoa e, em segundo lugar, Senhor Presidente, faz referência também aquele Deputado, no seu pronunciamento de ontem, e lastimo que ele não esteja presente, Senhor Presidente, para ouvir essas palavras, mas ele poderá lê-las através das notas taquigráficas, deste meu pronunciamento.

Lastimo também, Senhor Presidente, que ele tenha dito que acha que os Deputados que representam uma região como é o nosso caso, deve antes de mais nada, zelar pelo bom nome da cidade e da região. Ao fazer os meus pronunciamentos nesta Casa, Senhor Presidente, nada mais tenho feito, do que zelar, e zelar com muita responsabilidade, com independência, sem mandonismo e sem sabugismo, Senhor Presidente, pelo bom nome do município e da região que represento nesta Casa.

Tanto há clima de intranquilidade no Município de Cascavel e na Região Oeste, Senhor Presidente, que o nobre Colega desta Casa, afeito a esses problemas, o nobre Deputado José Domingos, que tem recebido inúmeros telefonemas e tem abordado problemas nesse sentido também, da Região Oeste do Paraná e, especialmente de Cascavel e invoco o testemunho desse nobre Deputado.

Invoco o testemunho do próprio David Cheriegate, quando diz que há clima de intranquilidade, pessoalmente a nós quando diz que ameaças são feitas através de telefonemas ao Prefeito e à família do Prefeito de Cascavel, Senhor Presidente.

Então, são inverdades o que disse aqui o Deputado David

Cheriegate, ontem, no seu pronunciamento.

Para surpresa nossa, Sr. Presidente, quero transcrever não o que digo, mas o que diz a imprensa independente do nosso Estado, o Jornal "O Estado do Paraná", quando diz aqui, numas veiculações que nos deixam estarelecidos, Sr. Presidente. Quero ler para esta tribuna: - (Lê):

"Apesar do comentário geral na cidade, de que o Vice-Prefeito de Cascavel, Assis Gurgacz, - há muito tempo amigo do sargento, - (e vou dar o perfil desse sargento de quem o Vice-Prefeito é amigo), há muito tempo amigo do Sargento que por sua vez é amigo dos pistoleiros suspeitos (que já foram presos, Sr. Presidente), e que seria o mandante do crime, isto não foi confirmado pelo Delegado Raimundo Nonato Siqueira. Em entrevista concedida ontem à tarde, à imprensa, ele disse que "por enquanto nada podemos dizer sobre o envolvimento ou não do Vice-Prefeito no crime". Isto porque os detidos continuam negando a autoria do assassinato. O Sargento, conforme comentário na cidade, seria o intermediário entre os pistoleiros e Gurgacz, o Vice-Prefeito de Cascavel".

Veja o que diz a imprensa independente do Paraná, Sr. Presidente. E tem mais, Sr. Presidente: "Laços de amizade - o Sargento Arthur, atualmente em licença por motivos de saúde, segundo comentários, encontra-se fora da cidade, provavelmente em Londrina. Ele foi carcereiro em Cascavel, chegando mesmo a residir nos fundos da cadeia, inclusive, dois dias antes do assassinato, ele passou a morar no Bairro de Neva. O policial militar não é só amigo dos pistoleiros, como também o é do Vice-Prefeito. Inclusive, fez várias churrascadas para Gurgacz dentro da própria delegacia. Na cidade os comentários apontam o Vice-Prefeito como mandante do crime, e, Arthur, como o elemento que serviu de contato entre ele e os pistoleiros. Isto, no entanto, não foi confirmado nem desmentido por Siqueira que, provavelmente, dentro das próximas horas, resolverá definitivamente o caso."

Agora, Sr. Presidente, rapidamente o perfil desse Sargento de quem o Vice-Prefeito é amigo.

"O Sargento Arthur de Oliveira foi carcereiro da cadeia de Londrina, em 1.975. Neste ano, Arthur foi acusado na Câmara Municipal de Londrina, de ter seqüestrado, torturado (até quebrar quatro costelas) e prendido ilegalmente (durante cinco dias sem comer nem beber) um enfermeiro e funcionário da Prefeitura, Paulo Nogueira, isto porque um irmão de Paulo havia fugido da cadeia.

Mais tarde, ele tentou matar o Advogado Valter Mota Campos, que tinha ido à cadeia, com ordem do Juiz, libertar o preso que estava sendo torturado.

Quando chefe da carceragem da cadeia de Londrina, os presos tinham bastante medo dele, principalmente nas sextas-feiras. "É o dia que ele fica mais louco", afirmou um preso. "Dava pau em todo mundo. Costumava fazer os presos correrem pelados pelo pátio à noite, debaixo de cacetadas dos soldados".

Arthur gostava, também de dar lições de machismo. "Uma vez - contava um preso - ele entregou um revólver para o seu filho de nove anos e disse: "Atira. Faz dançar essa corja. Mostra para eles que você é mais homem". O menino descarregou o revólver no chão, fazendo todo mundo dançar. Por sorte não acertou ninguém. Era sexta-feira" finalizou o preso.

O Sargento carcereiro recebia, segundo as informações, muito dinheiro para "relaxar" prisões de determinadas pessoas. Certa vez recebeu três mil cruzeiros para não torturar um preso, ladrão de carro, pelo método de afogamento. Recebeu mais dois mil e quinhentos cruzeiros para facilitar a fuga de um preso. "Era só ir no pátio da delegacia lavar os carros dos policiais e depois se mandar. Mas depois que pegou o dinheiro não deixou mais, contou um preso".

Este é o amigo do Vice-Prefeito de Cascavel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Deputado da nossa bancada, Fidelcino Tolentino, representante de Cascavel, que já abordou por várias vezes o crime que vitimou o jornalista Antônio Heleno, abordado agora também, pelo nobre Deputado Renato Bueno, também representante daquela região.

Sem se meter em seara alheia, mas são coisas que a gente não pode calar. O Paraná inteiro sabe que a Polícia já prendeu os dois assassinos, da morte do jornalista Antônio Heleno. O Paraná todo sabe quem é o intermediário, o Paraná já sabe quanto custou o serviço, custou quinhentos mil cruzeiros. E até agora não descobriram o mandante. Se o mandante deu quinhentos mil cruzeiros para matar o jornalista, imagine quanto é que não ofereceria pelo silêncio, cinco milhões? Dez milhões? O Paraná exige que o mandante do crime seja apontado. Há dias que os dois estão presos e até agora não confessaram; isso está cheirando marmelada e marmelada da grossa.

E não está fora das previsões que os assassinos amanhã "fujam da cadeia", ou se "suicidem", entre aspas.

Quando o poder econômico está em jogo, tudo pode acontecer. Pois, já dizem que o dinheiro move o mundo; não só move o mundo, mas compra consciências, compra homens e compra o silêncio. Os cifrões em Cascavel estão falando mais alto do que a Justiça, mas o Paraná não pode calar e nós não podemos calar, temos que cobrar diariamente. É incrível, está aqui um ex-Delegado, quando se prende os dois assassinos, o intermediário, se tem ou quanto custou o serviço, e até agora os dois não entregaram o mandante?

Está isto sim, é correndo dinheiro e dinheiro alto em Cascavel, quem dá quinhentos mil para mandar matar um jornalista, pode dar cinco mil para comprar o silêncio de todo o mundo.

Outro assunto, Sr. Presidente, estamos mandando à Mesa, um ofício, requerendo envio de ofício ao Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, solicitando que ofereça à Nação em caráter de urgência, uma solução imediata e eficaz visando normalizar a situação dos presos políticos, da Penitenciária Milton Moreira no Rio de Janeiro. Que há 30 dias iniciaram greve de fome, como forma pacífica de protestar contra a anistia parcial que o Governo pretende decretar. A omissão poderá gerar uma tragédia social.

A gente não quer polemizar a validade da atitude assumida pelos presos políticos. Nosso objetivo isso sim, é denunciar a insensível e desumana indiferença com que as nossas autoridades acompanham o episódio. Segundo os boletins médicos os presos políticos enfrentam sério processo de enfraquecimento.

Será que só a morte de um deles, abrirá a mente dos nossos governantes?

O Presidente da República, não pode ignorar o que está acontecendo; é preciso que o Presidente tome uma atitude digna e coerente, com os princípios de humanidade e justiça, porque a situação poderá terminar em tragédia. Que o Presidente Figueiredo estenda a mão em favor desses brasileiros, o que aliás, poderia até reforçar a popularidade "ibopeana".

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Se o grão do trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas se morrer, produz muito fruto." (João, cap. 12, versículo 24).

Há um mês, um punhado de presos políticos estão com suas vidas se esvaindo, lenta e gradualmente, diante desta autocracia relativa que, também lenta e gradualmente, pretende,

anestesiando a sensibilidade nacional, se perpetuar no poder.

Em mais uma forma de cooptação porque deseja engajar todas as categorias profissionais e funcionais, distanciar os segmentos mais expressivos da vida nacional, o Estado autoritário verá votado o seu projeto de anistia.

A Nação exige anistia ampla, geral e irrestrita. A autocracia oferece uma anistia paraplégica, como hemiplégico é o projeto de abertura hoje oferecido em embalagem diferente a nosso povo.

O autoritarismo quer que a Nação acredite na balela do criminoso hediondo e violento, indigno, pois, de perdão, de anistia ou de qualquer consideração.

Um grupo desses presos, movidos por posições ideológicas, dentro do conceito de guerra interna e revolucionária, respondendo ao violento terrorismo oficial do AI-5 e outros instrumentais, amarga hoje o travo doloroso da prisão política, por acreditar em valores e conceitos diferentes da moldagem oficial.

A propaganda de quem tem a força em suas mãos foi capaz de pintá-los com as tintas fortes do banditismo, do terrorismo, do crime hediondo e perverso. Assim pintaram Frei Betto e seus confrades dominicanos.

Um pacto social é o resultado de um consenso interno das forças sociais, respeitada a vontade da maioria e assegurados os direitos da minoria. A lei prevê sanções. Esta é a força da lei, para evitar-se a lei da força.

As sanções que a lei prevê vão, em um crescendo gradativo, até a eliminação física do infrator.

Que exemplo de despreendimento dão os presos políticos: oferecem sua vida em holocausto. Perder a vida em uma batalha é consequência natural de quem entra em uma luta.

O Mahatma Ghandi ofereceu sua vida em greve de fome, numa atitude pacífica, e fez da Índia uma democracia.

Que fique o exemplo e que nos sirva para uma anistia ampla, geral e irrestrita. Só assim teremos a conciliação nacional.

Nossa solidariedade àqueles que estão oferecendo sua vida.

Nosso apelo para que preservem suas vidas. Precisamos delas!"

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Prefeito Municipal de Marmeleiro, Herber Anton Schiffel.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para ressaltar um aspecto que ocorre em nossa região. A Região que representamos é o Sudoeste do Paraná. No passado, viveu seus grandes problemas com os litígios de terra. Felizmente, no primeiro Governo de Ney Braga, ele instituiu o GETSOP — Grupo de Terras do Sudoeste do Paraná —, que pôs um ponto final nos litígios rumorosos e que atormentaram aquela região e sacudiram o próprio Estado.

Hoje, felizmente, o Sudoeste respira e vive um clima de tranquilidade, de paz e desenvolve seus passos rumo ao seu grande desenvolvimento.

Mas, como aquele organismo somente atingiu as glebas correspondentes à Chopim e Missões, existem ainda outros resquícios que são quasiúnculas do domínio particular. Em glebas que foram alienadas e que encontram-se localizadas nos Municípios de Marmeleiro, Renascença, Barracão, Vitorino, Pato Branco e outros do Sudoeste; mas, em especial nos referimos, nesta tarde, brevemente, porque sabemos que nosso espaço é limitadíssimo, porém, tendo em vista correspondências recebidas e apelos dos Srs. Prefeito Municipal que se encontra aqui presente, Sr. Herbert Schiffel, Prefeito de Marmeleiro, do Vice-

-Prefeito, Sr. Murilo Carneiro, Valmir Cecatto, Ademir Hako, Antônio Perin, do Sindicato dos Empregados Rurais, dos Empregadores Rurais, Sr. Flávio Gugelmin, Vicente Decalle, Presidente da COFLABEL, Claudino Veronese, Tranquilo Scolari, Ariovaldo Soligo e Claudino Kowaski. Ocorre que a Gleba Perseverança 2-A e mais as Glebas São Vicente de Paula, Sola e Capetinga, Tapetes e Rio Verde...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir a sua oração.

O SR. TÚLIO ZANCHET — ...têm problemas diversos quanto à discriminação de vendas que foram feitas no passado, e que encontram-se com uma série de problemas judiciais. Nós encarecemos aqui, fizemos um apelo, para que seja dirigido um expediente ao INCRA, ao Governo do Estado e ao ITC, para que procedam à discriminação daquelas áreas de terras, e consigam por um ponto final, para que os agricultores que estão residindo naquelas glebas, possam também fazer investimentos, já que não conseguem financiamento para investimentos, e somente para custeio, possam também desenvolver ao par dos demais.

E o problema surgiu agora, quando está se procedendo a eletrificação rural daquela região, um chamamento para fazer a economia de combustível, e o problema apareceu. Nós encarecemos soluções nesse sentido, para tranquilização daquela brava gente, também daqueles bravos agricultores, que querem oferecer a sua contribuição, para a grandeza daquela região do nosso Estado e do nosso País. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez nos pronunciamentos que tenha realizado nesta Casa, o mais antipático deles seja feito na tarde de hoje.

Antipático porque vou trazer ao conhecimento desta Casa, dados estatísticos de um levantamento que nós realizamos no Paraná, e vamor ter que falar, - sem querer plagiar quem quer que seja - vamos ter que falar muito em números, hoje.

E, por outro lado, se os Srs. Deputados tiverem a paciência de prestarem atenção, vão ver que os dados que temos aqui sobre a condição de vida do trabalhador sem terra no Paraná, hoje, é realmente de se estarrecer.

Mas, inicialmente, nós gostaríamos de fazer um retrospecto da última semana, quando, na quarta-feira, tivemos a oportunidade, nesta Casa, de trazer parte deste levantamento que vamos apresentar hoje - dados referentes à cafeicultura do Paraná, e que pode-se perceber nesse levantamento que apresentamos quarta-feira, quando o Paraná chegou, nos idos de 1.960 a 1.963, a ter uma média superior a um bilhão e duzentos milhões de pés de café, de covas, no Estado do Paraná; e que no ano de 1.978, com dados no próprio anuário estatístico do Café do I.B.C., o Paraná possuía apenas oitocentos e trinta e cinco milhões, trezentos e onze mil pés de café.

Apresentamos também, na semana passada, dados usando como fonte o INCRA, o IBGE, a Fundação Getúlio Vargas, o IBC, o Departamento de Assistência Rural da Secretaria da Agricultura, com os quais comprovamos que tivemos uma diminuição no parque cafeeiro, no Paraná.

Tivemos uma liberação da mão-de-obra, não atuante, de um milhão, duzentos e trinta e cinco mil pessoas que deixaram praticamente as regiões cafeeiras e vieram para as cidades.

Nosso pronunciamento, se o nobre Deputado Pinto Dias permitir, teve um complemento brilhante de Sua Excelência, na semana passada. Sua Excelência fez um histórico, também da situação que, realmente, passa a cafeicultura, hoje, principalmente no seu aspecto econômico, na participação do cafeicultor no desenvolvimento econômico do Paraná, quando

o nobre Deputado Pinto Dias analisou, com muita seriedade, aquilo que se extrai do lavrador, do produtor de café, não só nos impostos como IBC, FUNRURAL, como também com o confisco cambial que, hoje, o Governo retira do cafeicultor sessenta por cento do que ele percebe.

Mas, como havia dito, nos ocupamos exclusivamente, nos meses de novembro e dezembro de 1.978 e janeiro deste ano, a fazer um levantamento das condições de vida desses trabalhadores que moram, hoje, nas periferias das cidades que, tristemente, são chamados "bóias-frias".

Esse levantamento foi realizado através da expedição de dez mil questionários.

Os dados que apresentamos à Casa, hoje, representam as respostas de dez mil pessoas.

Distribuímos esses questionários nas Regiões de Jacarezinho, Londrina, Paranavaí, Umuarama, Oeste e Sudoeste do Paraná.

As perguntas que fizemos aos trabalhadores rurais e as respostas que eles nos deram, é que trazemos à Casa.

A primeira pergunta foi a seguinte:

"Que serviço fazia antes de morar na favela?"

6,33%, eram empregados permanentes;

4,25% eram arrendatários;

12,75%, meeiros ou parceiros;

56%, trabalhadores, lavradores e empreiteiros;

4%, serviços urbanos.

Outra pergunta:

"Como trabalhou?"

Encontramos morando nas favelas:

5%, proprietários;

11%, arrendatários;

22%, meeiros, parceiros;

20%, colonos ou assalariados fixos.

Outra pergunta:

"Quanto tempo permaneceu no local do café?"

— Em média, 9 anos.

Meios de transporte - O que esse trabalhador usa para trabalhar na zona rural:— caminhão, 52,32%.

Aliás, por falar em caminhão, quinta-feira passada, no fim da tarde, depois de participar da reunião em Ribeirão Claro, com os Prefeitos daquela região, em companhia do Secretário do Interior e do Presidente da COAPAR, tive a oportunidade de passar por Jacarezinho, às 18,30 e pedi ao motorista do Sr. Secretário que conduzisse o veículo por dentro da Cidade de Jacarezinho, mais especificamente, na região, onde naquela hora, dezenas de caminhões e tratores estavam descarregando, porque a única forma de dizer, realmente é essa, descarregando os trabalhadores, onde qualquer pessoa poderia perceber que em cima de um caminhão daqueles, misturados com ferramentas de toda a espécie, homens, mulheres e crianças, existiam caminhões que se percebia que estavam carregados com setenta, oitenta pessoas, sem nenhuma segurança.

Meio de Transporte:— 52% vão trabalhar de caminhão; a pé, 31%; de trator, 12%.

Perguntamos para o lavrador, quantas horas trabalha por dia: — Em média, 10 horas. Quantos dias trabalham por mês? - 20 dias. A média por mês, um pouco menos de 20 dias, nas regiões que já citei: Jacarezinho, Londrina, Paranavaí, Umuarama, Oeste e Sudoeste do Paraná.

Forma de pagamento:— 22%, recebem no dia que trabalham; semanal, 58%; mensal, 10% e 3%, em mercadorias.

Quanto ganha? — E aqui pediria até a atenção dos Srs. Deputados. Quanto ganha?— A média, na primeira região que é a Região de Jacarezinho: Cr\$ 55,00 por dia, homem; Cr\$... 41,00 mulher e Cr\$ 38,00 o menor.

Na Região de Londrina: Homem, Cr\$ 54,00; mulher, Cr\$ 40,00 e menor, Cr\$ 40,00; Na Região de Paranavaí:— Homens, Cr\$ 57,00; mulher, Cr\$ 50,00, menor, Cr\$ 25,00;

Na Região de Umuarama:— Homens, Cr\$ 55,00; mulher, Cr\$ 43,00; menor, Cr\$ 34,00.

E na Região Oeste e Sudoeste do Paraná, onde se paga um pouco mais; pelo menos novembro, dezembro e janeiro deste ano: - Homens, Cr\$ 80,00; mulher, Cr\$ 60,00 e menor, Cr\$ 40,00.

Foi perguntado a estes lavradores, o que eles tomam de manhã, antes de sair para o serviço, como alimentação:—

55%, tomam somente café, sem outro tipo de mistura; 25%, café e pão; 2%, só chá. 2 pouco 9 %, chá e pão; menos de 2%, café e alguma mistura; e quase 2% não tomam absolutamente nada. Nem pão, nem café, nada.

Café, leite e bolo ou pão, não chega nem a 1/2%

Almoço. Perguntamos o que ele almoça:— Arroz e feijão, sem mais nada, 38%; arroz, feijão e verdura, 26%; arroz, feijão e farinha, 9%; arroz, feijão e macarrão, 3%; arroz, feijão e batata, 5%; feijão e farinha de mandioca, 4%; arroz, feijão e polenta, 1,5%.

Agora, o dado mais impressionante é esse saiu, se a gente perguntar qual é o prato do brasileiro. É arroz, feijão e carne. Pois no almoço, desses dez mil brasileiros, apenas 4% comem arroz, feijão e carne, no almoço.

Na janta. Fizemos a mesma pergunta. O que ele come na janta. Praticamente, os dados são os mesmos e não quero tomar muito tempo, mas fico aqui no feijão, arroz e carne, que é o prato do brasileiro. Nem 2%, 1,7%, come arroz, feijão e carne, na janta.

Faz outras refeições? 55%, não. 33%, uma merenda. A quem recorre no caso de doença? Ao hospital, 2,5%, ao posto de saúde, 10%; à Prefeitura, 12%; ao sindicato, 54%; a ninguém, 6%; à instituto de assistência, 2%; a curandeiro, quase 1%; à farmácia, 4%; ao patrão, 1%.

É sindicalizado?

54%, quase 55% responderam que sim. E se nós analisarmos aqui: a quem recorre em caso de doença, que 53,54% disse ao sindicato, 54,86% respondeu que é sindicalizado, a gente chega à seguinte conclusão: que esse trabalhador só se sindicaliza exclusivamente para ter um pouquinho de assistência médica, precária, que o sindicato dá.

—Satisfeito com a situação atual?

24% disse que sim; 72% disse que não.

Por que? 13% disse que tem saúde; 22% diz que dá para viver; 22% diz que está conformado e outros motivos, 25%. A mesma pergunta. Satisfeito com a situação? Não. Por que?

Falta de recursos: 79%. passa fome; quase 15%, não tem futuro e não tem segurança: 11%. Ganha pouco e não dá para viver, 49%.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permitê um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Estou terminando, Deputado. Fizemos a seguinte pergunta também:

Quem é que você acha que é responsável pela situação atual?

Governo: 45%; proprietários rurais: 19%; mecanização: 3%; ele mesmo que não faz nada para melhorar, 13%; não sabe, 2,27%.

Fizemos outra pergunta a essas pessoas, que moram nas favelas:

Gostaria de morar na fazenda? 70%: sim; 21%, não.

O que você acha que deva ser feito para melhorar a situação?

21,44%, a reforma agrária; ter terra própria, 11,80%; se nós levarmos em consideração que a reforma agrária é exatamente dar condições a que o trabalhador tenha terra própria, então vamos verificar aqui, que 33% acham que a reforma agrária é a solução. Criar indústria: 2,83%. Ganhar mais: 24%; que o Governo deve ajudar: 12%, e 3% não sabe como se deve fazer para melhorar a situação e outros motivos, 12%."

Antes de dar o aparte ao Deputado Fiori Luiz só gostaria de voltar a um levantamento nosso e que nós, - em maio tivemos 43% ou 44% de reajuste salarial no salário mínimo. O salário mínimo de janeiro deste ano até maio, era de Cr\$... 1.449,60. Em um formulário nosso, o trabalhador rural ganha em média, que nós fizemos aquela pergunta com exceção da Região Oeste e Sudoeste que chega a alcançar até Cr\$ 80,00, nas demais regiões ultrapassa pouco mais de Cr\$ 50,00, e só trabalha 20 dias por mês.

A média de salário desses trabalhadores é de apenas Cr\$ 1.100,00, por mês, dando um valor-dia médio de Cr\$... 36,37. É realmente de estarrecer quando se percebe as condições de vida deste trabalhador.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte, Sr. Deputado?

O SR. LÁZARO DUMONT — Antes de lhe conceder o aparte, nobre Deputado Pinto Dias, pela ordem concederei ao Sr. Deputado Fiori Luiz. Mas, mais um minuto só e darei o aparte ao Deputado Fiori Luiz, e depois ao Sr. Deputado Pinto Dias.

Só o seguinte: O que nós pretendemos realmente, com esses dados, é mostrar que uma das grandes causas desse êxodo rural, dessa população sem a mínima garantia social, sem nenhuma condição de futuro, um dos grandes culpados, maior de todos, foi exatamente a erradicação de café no Estado do Paraná, foi a quebra da produção da cafeicultura. Foi um erro incalculável que o próprio IBC fez em 1.960, 61 e 62, quando se pagava para o lavrador arrancar e cortar os seus pés de café.

Este é, realmente, o outro lado da moeda da política errada da cafeicultura do nosso Estado e que nós ainda voltaremos, porque nessa meia hora não haverá possibilidade de dizer tudo aquilo que nós levantamos.

Mas, com o aparte o Sr. Deputado Fiori Luiz e depois com muito prazer, ao Deputado Pinto Dias.

O Sr. Fiori Luiz — Nós já prevíamos nobre Deputado, partindo de Vossa Excelência, nós só poderíamos esperar realmente essas colocações, esse levantamento sério, profundo, que desnuda uma situação altamente dramática do nosso homem do campo. Eu, emocionado quero cumprimentá-lo, nobre Deputado. São dados que os Deputados conhecem, que o povo conhece, que as autoridades conhecem, mas que as autoridades, efetivamente nada fazem para buscar uma solução.

O trabalhador, o Senhor citava, ganha Cr\$ 55,00 por dia em média, ou Cr\$ 50,00 por dia em média, um homem; Cr\$ 40,00 a mulher e Cr\$ 38,00 a Cr\$ 41,00 um menino, tirando o sábado, o domingo, ou chuva, vinte dias úteis. Vinte dias, na média de Cr\$ 55,00, dá Cr\$ 1.100,00.

Não há a mínima possibilidade de uma família viver com Cr\$ 1.100,00. Mas enquanto isso, os Ministros lá em Brasília estão discutindo e está nas revistas, estão brigando por causa do tamanho das piscinas das mansões que eles possuem lá no lago de Brasília, onde vivem nababescamente.

E o Sr. Arnaldo Prietto quando era Ministro do Trabalho esteve em Ourinhos, andou até comendo dentro de uma marmittinha, para querer saber o que que é o "bóia-fria", que ele não conhece, que ele não sai de Brasília, tomando uísque, 100 quilos de carne por dia, não pode conhecer o "bóia-fria". Veio para conhecer e falou— "É, na verdade o "bóia-fria" é um problema sério".

Ninguém fez nada, muito menos o Sr. Arnaldo Prietto, ex-Ministro. Então, como encher a barriga do povo, a panela do povo?

O povo está cheio realmente, nobre Deputado, de promessas e de mentiras; quase setenta por cento da população do Brasil ganha até dois salários mínimos. O bolo está em poucas mãos! E volto a repetir o que falei nesta tribuna. Um povo reage só diante de duas circunstâncias: quando é altamente culto, politizado, ou quando está com a barriga vazia e roncando! É a possibilidade brasileira é esta. O povo não

suporta a barriga roncando. Em Brasília, os jornais noticiaram que dois mil pedreiros e operários saíram quebrando tudo numa rua de Brasília como um bando de gafanhotos. O pote de barro, na verdade está quebrando neste País.

Obrigado, e mais uma vez parabéns, nobre Deputado Lázaro Dumont. Só poderíamos esperar do Senhor estas colocações e estes levantamentos sérios e profundos da realidade do nosso homem do campo.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado, e com o aparte o Deputado Pinto Dias.

O Sr. Pinto Dias — Nobre Deputado, estou acompanhando com muita atenção o pronunciamento que Vossa Excelência faz desta tribuna. Não é surpresa para nós, o seu trabalho e a sua dedicação, principalmente na área daquele homem que é o mais sofrido, que é o trabalhador rural.

A estatística e os dados que Vossa Excelência acaba de relatar a esta Casa, Vossa Excelência sabe, Sr. Deputado, e o Plenário não desconhece que ainda é daquele trabalhador rural privilegiado, da área da cafeicultura, porque em outras atividades, uma estatística dessa, tenho certeza, eles teriam muita dificuldade em responder e na sua grande maioria, até vergonha em fazer afirmação do que os filhos e o trabalhador rural, se alimentam. Que na sua grande maioria, é mandioca e abóbora. Mas, nobre Deputado, o que entristece, é que áreas que poderiam reconhecer o que é nossa agricultura, infelizmente, não as tem reconhecido.

Está aí hoje, o Brasil para tristeza de todos nós, importando milho, feijão, arroz e carne; num País como este, Sr. Deputado!

Sr. Deputado, quem conhece Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo, Londrina, Maringá, Arapongas, Curitiba, o sucesso, o progresso, o desenvolvimento dessas cidades, dessas regiões, foram proporcionados exclusivamente, pelo café. Não entendo como o Governo dá a este produto quase sessenta por cento de confisco e não percebe que o cafeicultor precisa de um pouco mais para poder equilibrar a produção com adubo, que hoje é caríssimo, com fertilizante que não há condições. A cafeicultura brasileira está totalmente desanimada. Era o aparte.

O SR. LÁZARO DUMONT — O que nós temos constantemente, no trabalho primeiro que fizemos, realmente, com muita profundidade sobre a situação do bóia-fria do Paraná, foi em 1.967, o primeiro deles. Mas antes, nós já tínhamos participado em 61/62, de algumas reuniões, principalmente no setor de usinas de açúcar no Estado de São Paulo, onde o assunto predominante era o bóia-fria, já naquela época, não com tanta incidência, e números realmente alarmantes que nós temos hoje, o Governo brasileiro que quer a segurança social e acredita nisso, e que quer a tranquilidade da Pátria, deveria antes de mais nada, tratar este assunto que os problemas sociais, talvez depois do Menor, que acho que é o problema que ainda é muito mais crucial que o problema do trabalhador rural brasileiro, do próprio bóia-fria; ele deveria tratar isso aqui, como uma questão de segurança nacional.

Lembro-me que o Ministro Rischbieter em abril deste ano, logo depois de assumir o Ministério da Fazenda afirmou, e está em todos os jornais, que se o Brasil não tomasse providências enérgicas com respeito às condições sociais do povo brasileiro, nós estaríamos dentro em breve, quem sabe, afirmativa do Ministro Rischbieter, tendo dentro do Brasil um novo Irã, e quando o Ministro se referiu ao Irã, ainda nem se falava, pelo menos nos noticiários nacionais e mundiais, ninguém comentava ainda em Nicarágua, e depois de abril para cá, já se fez uma revolução social no País.

Hoje, esses trabalhadores, a maioria deles embarca num caminhão de manhã cedo e não sabem para onde vão; eles não sabem para onde estão sendo levados para trabalhar. Já tenho afirmado isto, que se alguma empresa estrangeira tiver interesse, inclusive de formar um exército aqui dentro do Brasil,

poderá arregimentar este pessoal nos caminhões e levar para determinados locais, não imediatamente, dando à eles uma arma para que lute contra quem quer que seja. Mas com cuidado, com tempo e preparando este elemento psicologicamente, com as chamadas lavagens cerebrais, dando uma consciência para ele das condições de vida que leva e da desigualdade com a classe privilegiada deste País, que são pouquíssimos, onde se poderia, facilmente, alimentar ali, quem sabe nós estamos pregando isto porque não é o nosso desejo e não queremos de maneira nenhuma, apenas estamos alertando que o Governo tem pouco tempo para resolver o problema social brasileiro. Pouco tempo.

Se dentro de cinco ou dez anos, não se resolver o problema social neste País, invoco aqui as próprias palavras do Ministro Rischbieter, - que nós podemos criar neste Brasil, que todo o mundo se diz cristão e católico, na sua maioria, podemos criar um novo Irã.

Fica o alerta de uma classe que são milhões hoje no Brasil. São mais de cem milhões sem terras. Tem o aparte o nobre Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Lázaro Dumont, mais uma vez gostaria de parabenizá-lo, porque sempre que Sua Excelência faz uso da palavra, é em defesa desta gente pobre, trabalhadora responsável por cinquenta e dois por cento dos produtos agrícolas, mas não recebe o devido reconhecimento pelo seu trabalho. Aliás, casualmente quando Vossa Excelência subiu à tribuna e abordou este tema, descrevendo o triste quadro em que vive o trabalhador brasileiro, eu, por coincidência, trazia em mãos o nosso depoimento, do Bispo de Palmas e meu, como Secretário da Pastoral da Terra, junto à CPI do sistema fundiário. E a pesquisa realizada pela FETAEP vem confirmar dados e mais dados estatísticos já anteriormente levantados, por órgãos oficiais, que vêm mostrar que dia a dia a orientação política agrária brasileira vem sendo a principal responsável pela expulsão do homem da terra e geradora de enorme problema social, como temos hoje o bóia-fria. Assim dizia o IBGE, que de 1.960, no Paraná, sessenta e dois por cento dos que se dedicavam à agricultura eram pequenos proprietários de terras. Já em 1.972, apenas trinta e sete por cento faziam parte deste contingente. Arrendatários, diminuíram de dez por cento para cinco por cento e os trabalhadores assalariados, deste mesmo período de 1.960 a 1.972, aumentaram de vinte e oito por cento para cinquenta e oito por cento. E pesa agravante que cinquenta por cento destes cinquenta e oito por cento de trabalhadores são trabalhadores volantes, são os tais bóias-frias.

É de se esperar que o Governo, os órgãos governamentais, como nós também, estamos conscientes, nós temos estes dados. Estas informações, inclusive que a FETAEP buscou e vem confirmar, são coisas já conhecidas pelo Governo. E se nada foi feito em termo de Reforma Agrária, e se a orientação foi justamente ao contrário, de fabricar empresas agrícolas, de fazer com que cada vez aumente mais o capital, destruindo a lavoura do pequeno agricultor, aumentando a concentração da terra, expulsando cada vez mais, criando, conforme estatística, novamente 67 a 72, triplicando mais o número dos bóias-frias, então parece que inclusive, se torna incipito, inócuo, nós ficamos aqui falando, porque só as paredes parece que nos escutam, o Governo já não quer nos escutar. Porque, segundo o Pacote da Agricultura, ele vem novamente incidir simplesmente sobre o crédito agrícola, mas deixou de lado o importante tema que Sua Excelência e nós aqui temos invocado, que é o tema da Reforma Agrária.

Quero referir-me também, nesse meu aparte, à uma observação que Sua Excelência fez quanto ao Sindicato, conforme revelou a pesquisa. O sindicato é buscado exatamente para serviço de assistência social; o sindicato hoje parece que está numa concorrência, numa competição com o FUNRURAL.

Só gostaria de deixar uma pergunta: será que esses sindicatos, em vez de serem reivindicatórios, em vez de incidirem sobre a orientação política que o Governo está dando, não teve um erro na sua criação? Não foi criada a perspectiva para o agricultor ingressar no Sindicato, simplesmente por questões de assistência social?

E uma última observação, encerrando, Sua Excelência disse que a erradicação do café trouxe vários programas e causou em grande parte o surgimento do bóia-fria; é verdade. Porém, outras fontes científicas dizem que os créditos agrícolas, a condução da política agrária valorizou extremamente a utilização da terra, e foi ela, foi a valorização da terra com novos incentivos e créditos, que fez com que os grandes latifundiários, ou que fez que os cafeicultores passassem a cultivar soja, inclusive aproveitando os vãos do café. E expulsasse aquele pequeno agricultor ou aquele arrendatário, que fazia uso daquele pedaço de chão.

Talvez só essa observação. Porém, Deputado Lázaro Dumont, o Senhor está de parabéns e concordo plenamente com o seu pronunciamento. Obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, para concluir, nobre Deputado Gernote Kirinus, lamentavelmente, sobre o aspecto sindicato, não tenho tempo para responder a Vossa Excelência mas nós os Deputados desta Casa, indistintamente, em que a Federação desejo num diálogo, lá mesmo, além de debater o problema sindical, inclusive, mostrar realmente o que o movimento sindical fez.

O nobre Deputado não imagina a luta! Nós que estamos na direção do movimento sindical no Paraná, fazemos para que não seja substituída a ação do sindical pela ação assistencial. O que deveria ser um meio, lamentavelmente passou a ser um fim.

Mas, Sr. Presidente, o intuito e término, realmente de se trazer esses dados aqui, é porque como se pode observar, setenta por cento das pessoas entrevistadas que trabalham de uma forma ou de outra na lavoura, desejam continuar trabalhando, não como proprietários exatamente; para que não digam, para que nós não possamos ser taxados de que somos radicais ou que queremos como solução, somente a Reforma Agrária, então nós vamos dar outras alternativas ao Governo: uma delas é voltar o Paraná a ser o grande parque cafeeiro que já foi.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE ((Tércio Albuquerque)) — No horário reservado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, por cinco minutos. (Pausa).

Na ausência do Sr. Deputado Gabriel Manoel, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muita emoção que venho reverenciar a figura de um companheiro exemplar, de um amigo que nos deixou em trágicas circunstâncias: o Prefeito Urbano Pedroni, de Florai, colhido tragicamente num acidente automobilístico na semana que se passou.

Ao dever do registro do nosso pesar, junto o preito sentido de quem admirava as qualidades pessoais e políticas de Urbano Pedroni.

Urbano Pedroni tinha 39 anos de idade, e já havia granjeado o respeito e a admiração de seus munícipes. Respeitado esse que se fez com a sua eleição de Vereador (1.972/1.976), depois para Prefeito em 1.976, até a sua morte.

Sua carreira política coroa as relações conquistadas depois de lavrador, e pequeno comerciante, e onde fez muitos amigos naquele município, dada a maneira de ser.

É que o povo de Florai, reconhecia suas virtudes morais e políticas, que poderiam alargar-se na administração municipal.

E esse discórdio popular que se confirmou plenamente,

honesto, probo, excelente figura humana e bom administrador, em pouco tempo de administração já havia comprovado o acerto da escolha com trabalhos em toda a cidade, na canalização de águas fluviais, pavimentação, voltado às coisas da educação na construção de salas de aula, na manutenção de um pequeno hospital que tem em Florai, mas com perfeito funcionamento, que serve até de exemplo a municípios de seu porte, e, mais recentemente, fruto de um trabalho desenvolvido por Urbano Pedroni junto ao Banco do Brasil, conseguiu ver inaugurado uma agência ou um posto avançado do Banco do Brasil, no dia 10 deste mês corrente naquela cidade.

Nós, que conhecemos o interior, sabemos que os recursos do município são poucos, e o equilíbrio da administração têm sido a grande tarefa para as administrações municipais; e manter o executivo municipal em funcionamento, encontrando meios para que se sustente, tem sido a primeira condição para as administrações dos municípios.

Urbano Pedroni estava realizando uma promissora administração que atendia aos dois aspectos: equilibrar os recursos municipais, sem perder a iniciativa de realizar melhorias para a sua comuna.

Todavia, os Chefes do Executivo Municipal hoje cumprem parte de suas tarefas, buscando meios e recursos junto à administração estadual.

E foi nesse itinerário, em retorno da Capital do Estado, que aproveitando a viagem, em companhia do Prefeito de São Carlos do Ivaí, Cesarino Tessaro, é que estou sendo informado pelo Sr. Deputado Wilson Fortes, que o Prefeito Cesarino Tessaro, de São Carlos do Ivaí, após ter sido internado no hospital da Cidade de Ponta Grossa, por alguns dias, já retornou à sua cidade, onde goza boa saúde atualmente.

Concedo o aparte ao Deputado Pinto Dias, e, posteriormente, ao Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Pinto Dias — Nobre Deputado, quero participar deste seu pronunciamento, dizendo que Urbano Pedroni, eu o conheci e era um exemplo de bom filho, bom pai, bom esposo e excelente homem público. Só a sua gente, aqueles que conviveram com Pedroni, podem analisar a grande perda que a Cidade de Florai sofreu com este falecimento. Vossa Excelência está na tribuna, hoje, fazendo justiça a um homem que, quando de sua passagem por aqui, deixou, sem dúvida alguma, exemplos excelentes, como homem público, como chefe de família, como pai, de cinco filhos.

A lacuna que Urbano Pedroni deixa só a História poderá analisar, no futuro.

Eram estas as considerações que desejava fazer.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que conhecia também Urbano Pedroni, de Florai, que conviveu conosco naquela região do arenito e, desde a sua administração frente à Prefeitura Municipal de Paranavaí, Vossa Excelência já conhecia bem Urbano Pedroni quando Vereador de Florai.

O Sr. Antônio Facci — Deputado Basílio Zanusso, como Vossa Excelência representa a ARENA e o povo em geral, do Município de Florai, temos também a honra de representar a Oposição daquele município, nesta Casa, onde tivemos oportunidades, desde 1974, de disputar eleições em Florai.

O desaparecimento do Prefeito Urbano Pedroni deixou toda a cidade de luto, não apenas porque perdia o seu Prefeito. Mas, tínhamos no cidadão Pedroni, um verdadeiro homem na acepção da palavra: cristão, respeitado em todas as áreas.

Mesmo os nossos companheiros daquele município, liderados pelo Presidente do Partido, Furukita, nos pediu que fizéssemos esta participação em seu pronunciamento, que associássemos a Vossa Excelência e aos homens da ARENA, daquele município, o nosso sentimento de dor por esse trágico acontecimento.

E, quicá, nesse acontecimento trágico, está quem sabe,

o alerta para os nossos prefeitos, para que os nossos governantes passem a entender que é necessário atender nossos prefeitos em suas bases, sem exigir que se venha à Capital, para assinar este, ou aquele convênio, devido o perigo que nossas estradas, infelizmente, oferecem.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Nobre Deputado, talvez depois dos brilhantes apartes dos Deputados Pinto Dias e Antônio Facci que, apesar de adversários políticos de Vossa Excelência - pelo que pude perceber no Município de Florai, dá, mais uma vez, neste plenário, o testemunho de sua grandeza política, colocando, nesta hora de dor para a comunidade daquele município, o seu testemunho de que, realmente, Florai perdeu um grande Prefeito. Só queria dizer a Vossa Excelência, neste instante, que todos os Deputados da Assembléia Legislativa pranteiam e lamentam, profundamente, a morte prematura de um jovem Prefeito Municipal, testemunhando, na sua pessoa também o empenho que todos os prefeitos municipais do Paraná têm feito em favor das suas comunidades.

Vossa Excelência representa tão bem o Município de Florai e as suas responsabilidades serão, neste instante de dor, tenho certeza, redobradas pelo vigor de sua inteligência, pelo brilho de sua atuação que haverá de orientar aquela comunidade, no sentido de encontrar, neste momento de dificuldade, novos estímulos para a caminhada de progresso do Município de Florai.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Muito obrigado.

Quero agradecer as palavras dos Deputados Antônio Facci e Luiz Alberto Oliveira, juntando às minhas palavras, de que a família de Urbano Pedroni e a Cidade de Florai, terão conhecimento da manifestação de solidariedade, nesta hora difícil porque passam.

Concedo o aparte ao Deputado Lázaro Dumont.

O Sr. Lázaro Dumont — Primeiramente gostaria também de fazer minhas as suas palavras e de apenas dizer isso. Acredito que os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores do Paraná, não só de Florai, porque me parece que Florai é o segundo município onde falece o Prefeito, e que poderia a Assembléia do Paraná, através das duas Lideranças, apresentar um subsídio à Associação dos Municípios do Paraná, quem sabe, até criando, ou a exemplo do que nós criamos aqui, um Instituto de Previdência, porque nós sabemos que Urbano, de Florai, de uma família humilde, que vai deixar agora cinco filhos, todos menores e que, realmente o homem público, todos eles ou vão para o interior, ou vem para cá, todos nós estamos sujeitos a isso.

Então ficaria aqui quem sabe, um episódio tão triste, tão lamentável; poderia ser o início, de pelo menos uma garantia para a família daqueles que morrem no cargo público, exercendo a função de Vereador, de Prefeito, ou de Vice-Prefeito do nosso interior.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Muito obrigado. Lamentavelmente o prazo que nos é concedido neste expediente é curto e não podemos falar sobre o assunto. Vossa Excelência abordou de maneira inteligente e oportunamente, esse aspecto econômico, financeiro dos prefeitos municipais, que saem de suas profissões, da sua propriedade, da sua atividade particular e se dedicam, durante quatro anos, um mandato inteiro, à causa pública, e muitos deles sem terem patrimônio, senão o seu físico, para emprestar à manutenção de sua família, se submetem aos riscos e percalços do mandato.

Realmente, é um assunto que a Assembléia poderá tratar, através das duas bancadas, junto à Associação dos Municípios e posteriormente, até o Congresso Nacional.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Dos últimos cin-

co minutos que restam à ARENA, concedo a palavra ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nosso nome, em nome do nosso companheiro que representa a cidade de Sengés, Aguinaldo Pereira Lima, em nome do Deputado Palácios, em nome do povo do Norte Pioneiro, queríamos apenas fazer uma explanação sobre o problema Braskraft. (Lê):

“O fato de existirem homens de pouca visão não significa que tenhamos que nos curvar a eles e superar o bom senso daqueles com ampla capacidade de discernimento. Refiro-me especificamente a uma série de coisas que tenho lido e ouvido, aqui mesmo nesta Casa, a respeito de paranaenses que têm se manifestado sobre a futura instalação da fábrica de papel da Braskraft em nosso Estado, na região que tenho a honra de representar. Não sou e nem poderia ser, em hipótese alguma, a favor de uma fábrica que fosse poluidora e que viesse a destruir os rios da minha região. Mas quem entende de poluição e quem entende de rio são os técnicos do assunto em nosso Estado, particularmente aqueles da Secretaria do Interior e da SURHEMA, que é a nossa Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente.

Quando a empresa Braskraft manifestou desejo de estudar a possibilidade de instalar a sua fábrica de papel e papelão no Estado do Paraná, foram efetuados exames, análises e contatos preliminares com os órgãos federais de controle do meio ambiente. Descobriu-se através destes contatos, e o Sr. Governador Ney Braga, tem documentação escrita que valida essas informações, que o projeto nunca foi rejeitado em São Paulo. Pelo contrário, foram feitas várias solicitações à empresa, através de adendos técnicos que transformaram o projeto de perfeito, em perfeitíssimo. E quem diz isso não sou só eu. Mas sim, o próprio Secretário Especial do Meio Ambiente, Dr. Paulo Nogueira Netto. Em carta ao Governador Ney Braga, datada de 29 de maio, o dr. Nogueira Neto qualifica o projeto da Braskraft de “excelente” em termos de preservação de meio ambiente e controle de poluição.

Felizmente, há homens de Governo que não têm medo de fantasmas. Se não fosse assim, o nosso Paraná não estaria agora diante da possibilidade de ter aquela que será, provavelmente, uma das mais modernas, mais perfeitas e mais limpas fábricas de papel do mundo.

Como os nossos vizinhos paulistas, confundidos por uma batucada demagógica, titubearam demais para autorizar a implantação da fábrica Braskraft, o nosso Governo não dormiu no ponto: cobrou dos paranaenses que fazem parte da empresa, o dever de montarem aqui no nosso Estado, essa indústria que, tenho certeza, logo será um motivo de orgulho para o nosso parque de produção.

Gostei da decisão do Governador Ney Braga, quando aceitou discutir a vinda para o nosso Estado de um prato pronto e feito: uma fábrica que coloca o Paraná na liderança mundial quanto a maquinários para a produção de papel e celulose.

Aliás, todos os técnicos das Secretarias de Indústria e Comércio e do Interior, que já tiveram oportunidade de examinar as plantas e documentos que descrevem, o que será a fábrica da Braskraft e com os quais conversei, asseguram que seu equipamento é realmente dos mais perfeitos. Tão perfeito que ela pode repetir, com vantagem, aquela proeza das fábricas de papel na Suécia e nos Estados Unidos, que se encarregam até de transformar em água limpa os esgotos das pequenas cidades de suas vizinhanças.

E, para começar, a Secretaria do Interior do Paraná, vai exigir que a água do Rio Jaguaricatu, hoje é rio classe 4, a pior classificação que existe, passa a ser água de rio classe 2, isto é, pura, faltando pouco para ser puríssima.

O que nos enche mais de esperança, neste assunto da fábrica Braskraft, é a quantidade de coisas boas que o empre-

endimento vai trazer para a Região do Norte Pioneiro, onde será instalada.

Porque a empresa teve, de fato, a sorte de decidir por instalar-se num Estado que é, por tradição, madeireiro e também papelero e, por isto vai recebê-la de braços abertos, pois essa empresa será também a pioneira num sistema completo de combate à poluição.

Por seu lado, o Paraná e suas lideranças políticas e econômicas acertam em acolher uma indústria que vai instalar seu complexo equipamento no interior, no campo, onde crescem suas jazidas de mudas, arbustos e árvores e exatamente no Norte Pioneiro onde se precisa de mais oportunidades para a população local.

E felizmente para nós, o Paraná, graças a seus amplíssimos reflorestamentos, pode vencer, superar as condições e vantagens que vários outros Estados já estavam oferecendo à Braskraft, para que lá fosse se instalar.

Faço este pronunciamento depois de contactar com as autoridades estaduais que cuidam do assunto. Inicialmente, tive também as minhas preocupações com relação ao projeto.

Mas, ao invés de ficar aí, irresponsavelmente, a fazer o jogo de alguns maus brasileiros — simplesmente criticando o projeto, sem conhecê-lo, fui aos órgãos competentes e informei-me sobre o assunto. E posso esclarecer aos Srs. Deputados que se trata de um grande projeto, que não compromete o meio ambiente e vai ser a redenção econômica e social do Norte Pioneiro.

Tenho dito”.

A Braskraft, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedindo vênua a Vossa Excelência que me dê mais um minuto para complementar, será a redenção daquela região, onde haveremos de extirpar os bóias-frias, onde haveremos de fazer coro com a vontade do Deputado Lázaro Dumont, para darmos aos nossos irmãos menos favorecidos, mais empregos e mais esperanças de trabalho.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quero, neste instante, estar par e passo com o Deputado Aguinaldo, com o Deputado Palácios e com o grande Governador Ney Braga, e convidar principalmente os homens que criticam a Braskraft, que iremos lá inaugurá-la e mostraremos o que está de mais moderno naquele implemento e naquele complexo contra a poluição. Porque, covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta. E a nossa luta na nossa região, contra a poluição e a favor do povo, haveremos de estar sempre à sua testa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No horário reservado à Liderança do MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Paraná também pagou seu tributo à liberdade, à democracia e à luta do povo brasileiro por melhores condições de vida e de progresso.

A resistência democrática e popular no Estado pagou alto preço para que todos os paranaenses possam, cada vez mais, respirar as liberdades democráticas e lutar por seus legítimos interesses e que são os de meu Estado.

Durante estes quinze anos de arbítrio e violências políticas, sociais e econômicas, pessoas, grupos, movimentos, enfretaram as forças autoritárias da burocracia e da repressão, mostrando que o povo brasileiro e sua parcela significativa no Paraná não se dobram à tirania e à usurpação.

Mas, enquanto foram tombando esses resistentes nas mãos do arbítrio e da repressão policial, foram-se formando cadeias de solidariedade política, de homens conscientes que entenderam a necessidade de dignificar as liberdades democráticas e a resistência à opressão e à exploração desenfreadas que o sistema e o regime desataram sobre o País.

O movimento pela Anistia representa esse impulso político forte e generoso, que obrigou o regime autoritário a reconhecer seus excessos, caracterizando suas violências pessoais e sociais, e os métodos antijurídicos aplicados contra a população indefesa.

E enquanto o Comitê Brasileiro da Anistia realizava e realiza essa tarefa democrática, de interesse popular e nacional, para que a Nação se reencontre, notórios colaboradores de todos os sistemas de forças, de todos os sistemas de exploração, decidiram sair da penumbra de sua visão política da formação econômico-social brasileira, para se apresentarem como "novos tutores da democracia" que se procura conquistar.

E então assistimos, estarecidos, a uma nova fase de luta pela democracia e as liberdades democráticas: há novos democratas na praça. Há alguns colaboradores do regime de força que também querem a Anistia, a seu feitio; à sua imagem e semelhança. Tudo o que dissente hoje, como nos últimos anos, de sua visão de democracia, da visão que essas pessoas têm das liberdades democráticas, passa a ser tipificado como subversão, como esquerdização, como comunização.

Ora, a luta pela democracia e as liberdades democráticas não têm dono; todos podem fazer profissão de fé democrática, o que somente poderá honrá-los. Nosso Partido tem essa profissão de fé em seu programa, como de certo modo a própria ARENA também a inscreveu em sua carta. Pequena diferença é que passou a constituir uma prática do Movimento Democrático Brasileiro.

O que não pega bem, o que se torna contraditório, é que algumas pessoas passem a defender a anistia, as liberdades democráticas e os interesses do povo contra pessoas, grupos e movimentos que se credenciam exatamente por isso.

Nesses instantes em que a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita ganha grande projeção nacional, mobilizando as consciências, os ataques contra pessoas e movimentos comprometidos com a anistia ganhe grande destaque, orquestrados por arrivistas e grupos clandestinos.

E aqui nova diferença: enquanto o Comitê Brasileiro da Anistia e o Movimento Democrático Brasileiro lutam pela anistia, pelas liberdades democráticas, abertura, algumas vozes, algumas pessoas e "o braço clandestino da repressão política" difundem calúnias, vituperam contra a liberdade de pensamento e caluniam pessoas e movimentos com pichações, cartas anônimas e artigos na imprensa.

E o mais característico ainda, deste momento político que vivemos, é que a ação clandestina da calúnia, da mistificação política e social não pode ser identificada pelas autoridades.

Aqui convém ressaltar que o único terrorismo que o Paraná conheceu durante esses anos de arbítrio e repressão foi da próprio violência policial aberta ou clandestina. Sobem a milhares as vítimas políticas do Paraná, tombadas pela ação repressiva da ditadura.

Em contrapartida, não houve nenhum caso de terrorismo que sirva de pretexto ao bando que se esconde sob o título de "Comitê das Vítimas do Terrorismo".

Compreende-se que o arbítrio, a repressão política feroz, não passa a gerar a democracia, nem entender o que sejam liberdades democráticas. Porém, cada vez fica mais evidente que os grupos anti-sociais requisitados para a tarefa suja da repressão não podem aceitar que o povo reconquiste suas liberdades e o direito de pensamento e organização política.

E são as idéias geradas pela prática violenta da repressão contra o povo que procuram ainda enganar a opinião pública, chamando de vítimas, os torturadores, tachando de subversivos os democratas, e desfaldando cavilosamente a bandeira da democracia no pelourinho que lhes garantiu impor o silêncio à Nação".

(Assentimento)

No momento em que nós estamos praticamente na véspera da decisão nacional sobre o problema da Anistia, mais do que oportuna - voltar o MDB, através desta manifestação de Vossa Excelência, trazendo a necessidade de e ampliar este projeto oficial. É o Brasil inteiro que reclama.

Ainda há poucos dias, falando com um Deputado Federal, diariamente chegam à Brasília manifestos, visitas, um dos últimos inclusive, trazendo mais de setecentos dos maiores artistas intelectuais do Brasil, num abaixo-assinado solicitando a ampliação do projeto. Não uma ampliação somente no caso de incluir os terroristas, porque, inclusive, aí existe uma mesquinhez do projeto oficial, ilustre Deputado. Porque aqueles terroristas assim chamados pelo Governo e pelo regime, que não estão no País, que fugiram, serão anistiados. E os que estão na prisão, que foram cassados e recolhidos à prisão, estes não. Começa aí uma incoerência absurda, mesquinha e aviltante.

Outra coisa terrível do projeto é que todos aqueles que foram atingidos, que pretenderem voltar a seus cargos, às suas atividades, naquelas condições absurdas já lá postas, deverão passar por um novo crime, por um novo tribunal, por mais um tribunal de excessão, por mais uma inquisição.

E ontem mesmo, ouvíamos do grande Sociólogo Henrique Cardoso, que ele para voltar à USP, para voltar a lecionar depois de fazê-lo em diversas Universidades do mundo inteiro, porque do Brasil foi cassado, deverá pedir nada mais, nada menos, para Paulo Malluf, para ver se ele vai lhe conceder o direito de voltar a lecionar.

E inclusive, não é só Henrique Cardoso. Paulo Freire, uma das maiores inteligências do Brasil, que não existe uma universidade da Europa e dos Estados Unidos que não tenha estudos sobre o seu plano de alfabetização e sobre sua maneira de educar as massas; este cidadão que só agora, depois de quinze anos, conseguiu autorização no passaporte para retornar ao País; é mais um, como Florestão Fernandes, como tantos outros no Brasil, que deverão submeter-se a um processo novamente, para ver se vão ser reincorporados. Quando a história está aí para provar, ao longo deste País, que o próprio genitor, o pai do atual Presidente da República, também pegou em armas e foi anistiado pelo Presidente Getúlio Vargas, cinco dias depois da Revolução de 30. E agora, enganosamente, esse regime demonstra mais uma vez o seu poder de força, querendo confundir a opinião pública, só falando em terrorista. Mas, quem é que começou a invadir os lares neste País, perseguindo, prendendo? Quem é que torturou e assassinou nas prisões, sem direito de defesa? Quem começou o terrorismo no País? Não defendendo esse método, não admito essa sistemática; mas devo defender esses nossos patriotas que recentemente foram até num artigo extraordinário de Antônio Calado, considerado "Mahatans" do Brasil. Porque Mahatma Ghandi também foi considerado subversivo e cassado de seu País. Menaghem Beggin foi um dos maiores terroristas em defesa do Estado de Israel na década de 30 e 40. No entanto, aí está um Congresso Nacional, de uma maioria subserviente, onde está principalmente a figura execrável do biônico, para desequilibrar a balança, surdos às aspirações brasileiras, porque a verdadeira paz e conciliação nacional, é passar uma borracha pelo passado. Mas, uma borracha verdadeira, não deixar resquícios terríveis para diversas famílias e diversos intelectuais, diversos homens públicos, que tanto serviram este País, e que poderão ainda servir. Deixar essa gente subjugada a novas inquisições, a novos tribunais de exceção.

Muito obrigado por este aparte, congratulo-me com Vossa Excelência pela extraordinária posição levantada. Porque, enquanto os que defendem a anistia, dos comitês de anistia são perseguidos e presos, aí estão minorias, consideradas pelo CCC e outros órgãos que tão bem sabemos, na clandestinidade e na noite tumultuando mais uma vez e querendo confundir a

opinião pública.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Eu que agradeço o aparte do eminente Deputado.

Lembro-me que alguém já falou, que subversão é a conspiração que logra êxito.

De formas que, se não fosse ao contrário, essa revolução tivesse sido ao inverso, não tivesse logrado êxito, esses seriam os subversivos; então, o Governo da época, garanto que os teria perdoado.

Mas, ilustre Deputado Nelson Friedrich, fico muito honrado com o aparte de Vossa Excelência, e quero dizer que, na verdade, o projeto de anistia enviado pelo Governo ao Congresso Nacional, é uma farsa. Não passa de uma anestesia à consciência nacional, que ele pretende impor, como tantas vezes tem imposto à Nação, como a Lei da Magistratura, que gerou os monstros Senadores biônicos que arrombaram as portas dos fundos do Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 52/79), que aprova termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios nominados, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a execução de obras e serviços de emergência, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 53/79), que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de IBAITI e JOAQUIM TÁVORA, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 67/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CASCAVEL, objetivando condicionar diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/79, de autoria da C.T.C., que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - CABENFALE, referente à Verba de Assistência Social recebida por aquela entidade, no período de janeiro a dezembro de 1.977. Parecer Favorável da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE GOIOERÊ", com sede e

foro na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "APMI — ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE GOIOERÊ", com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "OBRA DO BERÇO DE MANDAGUAÇU", com sede e foro no Município de Mandaguaçu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/79, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE PARANAENSE DE CIÊNCIAS NEUROLÓGICAS", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dispõe sobre férias não gozadas e já prescritas, e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 73/79), que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado e vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos hoje, em regime de urgência, votando a criação — e ontem já foi aprovada — a criação de mais uma entidade ligada ao organismo estatal do Paraná, entre tantas outras que já formam um verdadeiro rosário de instituições.

E algumas considerações devem ser feitas, muito embora a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro tenha aberto, total e livremente, a questão a respeito da posição que cada membro do nosso partido, com assento nesta Casa, poderá assumir diante da criação da FIDEPAR.

E quer parecer-me até que poderá prevalecer entre os integrantes da nossa bancada, o desejo de não privar o Executivo de um instrumental necessário para a colocação em prática da política administrativa que ele tenha por bem adotar nesses quatro anos de Governo.

Acontece, entretanto, que embora sendo uma questão aberta e que cada membro do MDB possa adotar a posição que melhor lhe convier diante de sua forma de entender a administração pública paranaense e as necessidades por que passa o Estado do Paraná, nesta quadra de sua história.

Entretanto, um projeto dessa natureza não pode ser aprovado de maneira acelerada e sem que deva merecer, por parte dos integrantes do Poder Legislativo deste Estado, a melhor consideração e uma avaliação da essência da FIDEPAR. E uma série de considerandos a respeito também, de uma série de colocações que deverão dizer respeito, diretamente, à forma indireta da administração.

Diante do projeto, o que nos chama a atenção é de que, efetivamente, na C.C.J., todos os Srs. Deputados integrantes daquela Comissão, dando um parecer totalmente favorável, talvez mais uma homenagem ao seu relator, Deputado João

Elísio que, num trabalho de fôlego, num trabalho de profundidade, em seis grandes e cheias laudas, justifica, argumenta e embasa as razões da aprovação da criação de mais esta entidade paraestatal.

Mas a verdade, Srs. Deputados, é que deverá chegar o momento e o instante em que o Poder Legislativo deverá também fazer cair por terra um argumento que foi muito usado na década de 1.960, quando dentro do espírito concentracionista do Governo Central, em que os Estados estavam perdendo grande parte de sua autonomia, até culminar com os quinze anos do estado autoritário e que hoje se observa, ao lado da mudança constitucional do nome do Brasil, se observa realmente, nós não estamos mais numa República Federativa, mas, estamos, efetivamente, numa República Unitária, onde os Estados não têm mais a sua autonomia, e a célula básica de toda a sociedade, que são os municípios, perderam, conseqüentemente, o poder de decidir por si próprios, e hoje observamos esses municípios e seus dirigentes numa verdadeira romaria de gabinete em gabinete, a tentar buscar fora do seu centro de atuação, o poder decisório que, efetivamente, não se encontra mais nas sedes municipais.

Mas, se esse quadro é doloroso, lamentável, no campo municipal, ele também não é menos doloroso e menos lamentável no campo de atuação dos Estados. Desde que cada unidade da Federação brasileira, gradativa, gradual e lentamente foi perdendo a sua autonomia, até chegarmos ao ponto de hoje, em que, efetivamente, o Governo Central enfeixa em suas mãos toda a sua soma de poderes.

Claro que, numa tentativa de melhorar a autonomia das chefias dos Executivos estaduais, no início da década de 1.960, os Chefes dos Poderes Executivos lançaram mão de um instrumental válido para a oportunidade, e que efetivamente deu resultados práticos, naquela oportunidade.

Era a saída e a tentativa de se partir para o campo das sociedades e Companhias de Economia Mista. Mas, se formos observar, com mais profundidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos também sentir claramente, que esta tentativa feita pelos Executivos Estaduais, de melhorar a sua performance administrativa, dotando-se de melhores instrumentais de atuação, utilizando-se do sistema das Companhias de Economia Mista, isto entretanto serviu para enfraquecer ainda mais o poder dos Estados, como unidades independentes e autônomas dentro do quadro geral da Federação, porque, se de um lado o Poder Executivo com essas sociedades e companhias de economia mista, com essas entidades estatais e paraestatais, tinha um instrumental em mãos, de maior agilização e conseguindo viabilizar, com mais sucesso, determinadas metas administrativas, entretanto o Poder Legislativo destes Estados, com raras exceções, foram sendo gradualmente colocados à margem do poder decisório e se essas companhias de economia mista tinham a finalidade evidente de acelerar e agilizar o instrumental de execução administrativa, colocado à disposição dos Chefes de Executivos.

Entretanto, serviram também para "pari-passu", enfraquecer e debilitar ainda mais os Poderes Legislativos de todos os Estados.

E assim, nos chama a atenção inicialmente esse projeto, daí porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o empenho com que se pretende a participação do Poder Legislativo, não numa maneira meramente formal, numa maneira meramente simbólica, mas numa forma efetiva, onde o Poder Legislativo possa dar completamente a sua participação em termos de apreciação, em termos de avaliação e em termos de uma real ligação na autoria e na seqüência do instrumento de origem a essa Companhia de Economia Mista.

Observamos que, aprovada por esta Casa, a Mensagem Governamental, cessa aí toda e qualquer participação do Legislativo no processo de execução prática e no campo de atua-

ção da FIDEPAR. Mas, assim foi-se também chamada a atenção da Casa, quando se discutia a criação de uma outra Companhia de Economia Mista, a MINEROPAR, e assim são todas as outras entidades estatais e paraestatais que aí estão a atuar nas diversas faixas da administração pública.

Era mesmo de se pensar e entendo não como Deputado da Oposição, nem desejo que isto seja um princípio a ser adotado por qualquer facção política como facção política, mas entendo como participante deste Poder, que as companhias de economia mista, efetivamente dão uma agilização extraordinária à ação administrativa do Executivo. Mas, como membro do Poder Legislativo, entendo que todos nós deveríamos lutar e pugnar para que houvesse uma participação mais efetiva, e uma fiscalização mais presente e mais efetiva do Poder Legislativo, não só no ato criatório dessas companhias, mas, principalmente, no ato todo do desenrolar da sua existência.

Esta deveria ser a posição de todo o integrante do Poder Legislativo. Porque Vossas Excelências não de perceber claramente que tanto se lamenta a debilidade e a debilitação porque passaram os organismos legislativos deste País nos últimos anos, e é evidente que na existência mesmo do Poder Legislativo ela é incompatível com um regime de força, com um regime de exceção e com um regime de arbítrio.

Entretanto, se nós pretendemos sentir os ventos novos que devem soprar de uma abertura política, de uma conciliação nacional, e de um reencontro do Brasil com o seu destino nacional, isto jamais será conseguido e jamais será obtido, se não tivermos ao lado de um Executivo forte, instrumentalizado com equipamentos que permitam uma resposta mais imediata e adequada aos anseios da população.

Mas, ao lado desse Executivo forte, é preciso também que tenhamos um Legislativo consciente da sua obrigação e, acima de tudo, consciente da necessidade de uma participação efetiva.

E, se de um lado foi conseguida essa agilização tirando essas companhias de economia mista da simples e pura intromissão da política mais rasteira, entretanto é preciso que o Poder Legislativo tenha nessas companhias, uma participação maior.

Veja-se por exemplo, casos que acontecem em outros Estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul, onde o preenchimento da administração de todas essas companhias, é feito mediante um consenso entre a vontade da chefia do Executivo e a aprovação da maioria existente no Poder Legislativo.

Mas, de outro lado, entendemos também o momento histórico por que passou o Brasil na década de 60. Entendemos perfeitamente a saída encontrada pelas Chefias Executivas ao criar companhias dessa natureza. Até mesmo porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós fomos chegando a um ponto de desenvolvimento da Sociedade Industrial Brasileira, desta sociedade de consumo, em que o Poder Público nunca mais foi capaz de acompanhar as ofertas e a concorrência da empresa particular.

Tantas e quantas vezes nós assistimos, o funcionalismo público sendo apenas um período de estágio ou de passagem de profissionais, que estagiando e passando por um determinado período no funcionalismo público, esses técnicos eram posteriormente arrebanhados e arrecadados para prestar serviços na empresa particular.

E o Poder Público evidentemente, diante dessa concorrência, não foi capaz de enfrentar esse desafio, dele teve que fugir e por ele foi derrotado.

Assim, vê-se hoje, no serviço público, tanto o Estadual como tantos outros serviços de ordem municipal, profissionais de alto gabarito, porque enquadrados numa determinada letra do Plano de Classificação daquele funcionalismo, percebendo às vezes 1/3 - 1/4 e até 1/5 do que percebe o mesmo

técnico, o mesmo profissional, entretanto, atuando na empresa particular.

Claro e é evidente, que o Executivo, o Poder Público, tinha que encontrar uma fórmula que pudesse lhe permitir sem ter condições intrínsecas de encarar esse desafio, sem ter condições financeiras de enfrentar essa concorrência: entretanto, o Poder Público não podia admitir a hipótese de ficar com o seu pessoal estagnado no tempo e estagnado numa determinada função, e tinha que encontrar uma forma para se sair desse impasse; a forma adequada encontrada no Estado do Paraná, encontrada em São Paulo, encontrada no Rio Grande do Sul, parece-me que encontrada na maioria das unidades da Federação brasileira, foi cair para a CLT, cair para o sistema de Fundação, derivar-se para o sistema das Companhias de Economia Mista, maneira que cumpriu o seu papel, no tempo e na história, possibilitando a manutenção de técnicos de alto gabarito que, se enquadrados no rígido Estatuto do Funcionalismo Público, Civil e Militar, não poderia perceber o equivalente ao tempo em que esta pessoa dedicou ao seu preparo, sua educação, sua profissionalização e sua especialização.

E por isto, apelando para a Consolidação das Leis do Trabalho, apelando-se para o Regime das Fundações, e caindo-se para o campo das companhias de economia mista, foi encontrada a forma mais eficiente, mais hábil e mais adequada no momento, para se conseguir reter aquele funcionalismo que poderia, em última análise, em último instante, ser a sustentação da máquina oficial e ser o agente efetivo e eficiente da consecução das metas administrativas que os Executivos se propunham a gerir.

Entretanto, observamos também que agora, aparece a criação da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, cuja finalidade específica e concreta está no seu art. 2º, quando coloca entre os objetivos fundamentais e essenciais desta Fundação:

- assessorar o Governo do Estado, outros órgãos públicos e o setor privado, na elaboração e análise de projetos especiais pertinentes à política de recursos humanos a serem desenvolvidos ou estimulados, em função dos objetivos à programação estadual, federal e municipal;

- identificar necessidades e selecionar pessoal da administração pública ou de empresas privadas, para participar de cursos por ela promovidos;

- executar programas de atividades de capacitação e valorização de pessoal técnico e administrativo, inclusive especialistas da administração pública e de empresas privadas;

- elaborar, executar e coordenar programas de atividades de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, de caráter permanente ou temporário, em todos os graus e em todas as áreas de atuação do Governo;

- planejar, coordenar e estimular programas de pesquisa sobre recursos humanos, que visem a identificação quantitativa da força de trabalho necessária ao uso de processos científicos e tecnológicos da administração pública;

- selecionar e indicar candidatos a bolsas de estudos, visando sempre dotar a administração pública de elementos efetivamente capacitados ao exercício de atividades técnicas e especializadas;

- acompanhar e controlar o desempenho posterior do pessoal treinado;

- coordenar estágios de estudantes e técnicos nos órgãos da administração direta do Estado;

- pesquisar, permanentemente, a oferta e demanda de mão-de-obra qualificada;

- promover a integração entre o setor público esta-

dual e as universidades.

— Outras atividades correlatas.

Se nós formos observar, na íntegra e nas especificações que lhe seguem, este art. 2º, com os objetivos específicos da FIDEPAR, vêm uma série de indagações. É claro que a FIDEPAR, e isto está muito claro e específico no erudito parecer com que o Deputado João Elísio brindou a Comissão de Constituição e Justiça, esta Fundação terá também, a finalidade de acoplar numa única unidade de operação, diversos programas isolados que estão aí a circular no Estado do Paraná, e principalmente, ao aproveitamento e à drenagem de recursos do Erário Federal, para programas específicos dentro do Estado do Paraná.

Mas, nos chama a atenção, entre outras coisas, para o item décimo do art. 2º da FIDEPAR, quando ela propugna promover a integração entre o setor público estadual e as universidades.

E aqui, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, é que nós estamos a sentir claramente que há determinadas situações que têm que ser questionadas, repensadas, redefinidas, dentro deste Estado que, parece-me, está atravessando um período que deveria merecer uma extrema atenção de seus homens públicos.

Quer me parecer que o Paraná, que já foi síntese de todo o Brasil, trazendo aqui para o seu solo e para o seu espaço geográfico, representações de todas as partes do Brasil, migrações internas de áreas de grande pobreza, como é o caso do Nordeste, migrações internas de região de uma grande tecnologia agrícola, como os casos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Parece-me que este Estado, hoje, está atravessando uma fase de redefinição de rumos. Porque ele que foi um Estado de vocação eminentemente agrícola, ele que teve uma expansão extraordinária de suas fronteiras agrícolas, vê hoje, entretanto, e testemunha disso é o depoimento que o Deputado Lázaro Dumont fazia na tribuna desta Casa, mostrando o papel da mão-de-obra agrícola, da mão-de-obra rural, este Estado hoje, tem uma população de vocação eminentemente urbana.

A vontade e a tendência do nosso povo é abandonar os campos e vir para as cidades.

E então, chama-nos a atenção do item 10, do art. 2º desta mensagem governamental, quando diz "promover a integração entre o setor público estadual e as universidades".

Se nós devemos repensar uma série de situações que ocorrem neste Estado; se é nossa obrigação redefinir posições diante de uma destinação porque o Estado do Paraná está passando; se é preciso que repensemos uma série de prioridades que foram estabelecidas no decorrer da sua história, pelos homens públicos do Paraná, é hora também, de se pensar e se repensar no papel que a Universidade paranaense vem desempenhando e está desempenhando hoje, no concerto social, político, cultural, econômico e administrativo do Estado do Paraná.

Porque o Estado do Paraná, ao lado dessas companhias de economia mista; ao lado dessas fundações, ao lado dessas instituições estatais e paraestatais, ao lado de uma COMEG, tentando diagnosticar determinados males que atingem a Região Metropolitana de Curitiba, ao lado de um IPARDES que deveria teoricamente, diagnosticar problemas da comunidade e da sociedade paranaense, ao lado disso tudo, o Paraná também tem hoje, uma rede estatal de escolas de 3º grau, de universidades estaduais; ao lado dessas três universidades estaduais, temos também a Universidade Católica e a mais antiga Universidade brasileira, a Universidade Federal do Paraná.

E se nós aceitarmos como verdade que à Universidade cabe o papel de profissionalização; cabe o papel de desenvolver lideranças sociais, mas, cabe também, o papel fundamental

de desenvolver a pesquisa, então torna-se de uma importância fundamental este item 10 do art. 2º da mensagem governamental, qual seja, promover a "integração entre o setor público estadual e as Universidades", porque convenhamos, Srs. Deputados, convenhamos, Sr. Presidente, e integrantes da Mesa Executiva desta Casa, que o Estado do Paraná é um Estado novo nos seus recursos humanos, que é um Estado que está hoje tentando a definição, parece-me que, em caráter mais efetivo, e permanente dos seus rumos, dos seus objetivos e das suas prioridades.

Daí a hierarquização interna dessas propriedades. Este Estado não tem se utilizado, na devida medida, na devida conta, do potencial que o setor universitário deste Estado pode fornecer.

Porque, quando temos conhecimento de tudo aquilo que é possível fazer, a nível de pesquisa, nas universidades, e que, entretanto, não é feito por faltar exatamente esse programa de integração entre a administração pública e o setor universitário paranaense.

Chamamos a atenção para não só a aprovação desta mensagem governamental. Parece-me ponto pacífico. Parece-me questão vencida, porque a valorosa bancada da ARENA com a maioria que lhe foi concedida nas urnas em 1978, a bancada do MDB, com a questão aberta que lhe deixou a liderança, certamente irá reforçar e endossar a posição que a Liderança da ARENA e do Governo está tomando nesta Casa e dará trânsito fácil, tranqüilo, pacífico e estimulador a esta mensagem.

Mas, é preciso que muito mais do que essa tranqüilidade de aprovação desta mensagem, saibamos nos aproveitar desta ocasião e desta oportunidade, para definir determinados princípios e lembrar determinadas reflexões que são fundamentalmente necessárias para o interesse que todos temos pelo Estado do Paraná.

É claro que estaremos, dentro em breve, ouvindo as colocações que outros Srs. Deputados deverão fazer desta tribuna, os homens do Governo que estarão dando outros arrazoados e outros argumentos, para que o Paraná venha a ser dotado de mais esta instituição.

Oxalá, Sr. Presidente, quem nos dera, Srs. Deputados, que esta Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos do Paraná - FIDEPAR, não seja uma sigla a mais a brilhar na constelação das companhias de economia mista, de determinadas autarquias que estão, hoje, a funcionar no Paraná.

Quem sabe essa FIDEPAR possa, realmente, aglutinando os diversos programas de preparação de mão-de-obra, como muito bem ressalta o parecer exarado pela C.C.J., sob a responsabilidade e autoria do Deputado João Elísio, mas referendado pela unanimidade daquela Comissão, oxalá, efetivamente, esses programas aglutinados em si, permitam que o Paraná possa preparar uma qualidade melhor de material humano e permitir a agilização de seus programas, mas não só de ordem pública, não só programas que digam respeito às metas políticas e administrativas de um Governo cuja transitoriedade é a essência mesmo da política.

Mas, quem dera também, essa Fundação possa, através da dinâmica interna que lhe deve conferir a sua diretoria, ela possa também movimentar, motivar, estimular e incentivar todas as forças vivas, institutos e organismos do Estado do Paraná. Porque, se observarmos, Srs. Deputados, as instituições que o Paraná tem, o potencial que este Estado oferece, não se pode entender, às vezes, determinadas lacunas, determinadas deficiências, porque, se explorássemos convenientemente instituições como a Universidade Federal do Paraná, como a Universidade Católica do Paraná, como as Universidades Estaduais de Londrina, Ponta Grossa e Maringá, as instituições de ensino superior espalhadas por este Estado, a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, o IPARDES e tantos outros

talvez devêssemos chegar a assistir, nesta Casa, a um desfiar de posições emocionais diante das perspectivas da instalação de uma fábrica de celulose e papel, na região do Norte Velho.

Porque, efetivamente, assiste-se tantas e tantas vezes o falar da emoção, o falar dos sentimentos, o falar do bairrismo, e tendo material técnico à disposição, tendo-se capacidades formadas, entretanto essa capacidade não tem sido olhada.

Ainda no ano passado, naquela Comissão Parlamentar de Inquérito da Desparanização, um dos temas que estava em discussão e em evidência era exatamente o depoimento que afinal não foi realizado, mas deveria ser feito para tratar da evasão de cérebros do Paraná, porque restaria ainda uma indagação a esta Casa e parece-me que no momento em que se discute a mensagem criadora da FIDEPAR, parece-me também o momento oportuno de se colocar esta questão.

Quanta mão-de-obra desqualificada o Paraná está perdendo a favor de outras regiões? Sabemos que a Região Metropolitana de São Paulo tem hoje, seiscentos mil paranaenses, mas vem a grande indagação, Srs. Deputados: quantos cérebros o Paraná tem perdido nos últimos tempos? Quantos profissionais de alto gabarito estão saindo hoje deste Estado e indo procurar em centros de maior desenvolvimento como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e até no exterior, terreno fértil, terreno apto e terreno propício à aplicação daquele preparo pessoal que esses técnicos obtiveram na rede universitária paranaense e nos cursos de pós-graduação que essas universidades oferecem.

Daí porque, nós sabemos claramente que a FIDEPAR coloca-nos diante de um dilema. Ela será aprovada, a sua criação será aprovada, porque esta é a vontade que o Legislativo tem em participar de seu processo criador.

Assim é a manifestação da bancada da ARENA, por ser uma mensagem e um ponto de honra de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Mas assim também, poderá ser o desejo e o sentimento dos integrantes da bancada do MDB que tem diante disso, uma questão aberta.

Mas aí é que vem o dilema. Esta entidade, esta fundação, poderá aglutinar os diversos programas de preparação de mão-de-obra que o Paraná tem e que o Paraná assiste, com recursos próprios, com recursos de particulares e com recursos federais, mas é preciso também que esta Fundação tenha a capacidade de despertar um sentimento criador dos técnicos paranaenses, no seu próprio canteiro de idéias que são as universidades.

E assim, Sr. Presidente, não desejando ser exaustivo, não desejando ser cansativo, não desejando tomar o tempo e a atenção dos Srs. Deputados, eu entendia que seriam necessárias essas colocações, porque parece-me que estamos hoje, no final da década de 70, assistindo o delinear de uma nova paisagem sócio-econômica no Paraná.

São as pequenas cidades que estão sofrendo um violento processo de anemia externa, com a substituição das lavouras tradicionais, com a implantação de investimentos, tanto no setor de insumos como no setor de equipamentos agrícolas, dispensando uma quantidade muito grande de mão-de-obra, essas pequenas cidades sofrendo um processo intenso de anemia, estão se debilitando, estão perdendo seus capitais, estão perdendo sua gente e estão perdendo seus profissionais, a favor de cidades médias e de cidades grandes.

Em contrapartida, Srs. Deputados, as médias e grandes cidades do Paraná estão passando por um processo de inchaço, por um processo de crescimento para cujo fato é necessária a atenção da Administração pública, porque as favelas, as condições sub-humanas de vida que era, até ontem, privilégio e apanágio das grandes metrópoles como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Hoje, entretanto, são o triste adorno, são o triste adereço da periferia das cidades médias e das cidades

polos de região deste Estado, mostrando claramente que a essa mão-de-obra que é liberada nos nossos campos não é ofertada em igual proporção uma nova oportunidade de locação de sua força e da sua necessidade de trabalho.

Assim parece-me que a FIDEPAR deverá cumprir um papel primordial se ela puder, através dos seus objetivos conseguir motivar o Estado do Paraná, a que se proponha trazer à discussão, mas principalmente numa forma de atender tanto a explosão da Região Metropolitana de Curitiba, como também as regiões que estão em vias de metropolização nesse interior, como as cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel, que estão recebendo o resultado direto e efetivo desse esvaziamento porque passam os nossos campos e a nossa agricultura.

E é preciso então, que a FIDEPAR consiga despertar no meio universitário paranaense, consiga despertar no meio comunitário paranaense a criatividade, a imaginação, e acima de tudo, a capacidade de solidariedade e de união dos homens paranaenses, para que possamos, numa redefinição de rumos, num repensar de objetivos, determinar hierarquicamente, os objetivos a que se propõe esta população do Paraná que resiste à toda a esta situação e a toda esta ordem de fatores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para discutir, com a palavra o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em discussão, o projeto que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR. FIDEPAR com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Antes de mais nada, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaríamos, embora de maneira extremamente acanhada, fazer uma rápida posição sobre um pequeno histórico da economia paranaense nessa sua evolução, para então, com esse embasamento inicial, podermos traduzir o que pensamos deste projeto ora em discussão nesta Casa de Leis.

A economia do nosso Estado, extremamente primária e exportadora, tem efetivamente uma origem que nós deveríamos voltar numa rápida pincelada, ao século XVII, quando tivemos aqui no Paraná, o "Avant Première" da mineração e da exploração de minerais que acabou se firmando no Estado das Alterosas.

A mobilização que se fez em torno do ouro, e já pelo fim daquele século o nosso Estado, hoje Estado então, pertencente a São Paulo, se via uma economia de apenas semi-subsistência.

Mas os séculos principalmente, XVII, XVIII e XIX, nós, no Paraná, tivemos o tropeirismo como a principal expressão nessa evolução econômica do Estado. Pouca cultura, comércio mais ligado ao mar onde destaca-se a Feira de Sorocaba por volta de 1854, como auge de uma expressão econômica desse pedaço da Província. Eis que em 1853 emancipa-se o Paraná do Estado de São Paulo, e no século XIX e XX já vem com a expressão do mate. Em 1910, a presença do beneficiamento do mate, os grupos tropeiros jamais organizados e a insipiente presença da madeira, para que nós tivéssemos em 1930, o maior uso da terra, crise do mate e crise do capitalismo pela derrocada norte-americana na Bolsa de Valores, e principalmente então, a partir de 30, o uso mais racional da terra, iniciou-se no Paraná, a grande expansão do café, e surge efetivamente um novo Estado; 1960, Sr. Presidente, Srs. Deputados, toda essa situação atesta e espelha a ascensão política do Norte, através dessa

expansão econômica da cafeicultura. Surge também, naquela década novas lideranças políticas, como a do atual Governador Ney Braga, considerado então, candidato altamente progressista; 1964 com o golpe militar, há alteração de todo o gênero e principalmente, após isso, duas grandes transformações ocorrem no nosso Estado, a transformação do agricultor assalariado e a expansão da soja nestes últimos cinco a oito anos. E com a expansão da soja também uma grande concentração patrimonial a grande concentração de propriedade e muitos problemas sociais. Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem nenhuma outra pretensão, apenas visando o outro aspecto desta história da evolução econômica do Paraná, nós iniciamos esta nossa discussão da matéria, para que possamos, neste instante, quando se fala em criar a FIDEPAR, uma Fundação de Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná e, neste instituto, numa exposição de motivos do projeto, alega-se, em síntese, não existir instrumentação eficaz e eficiente para conduzir a capacitação e treinamento profissional do homem paranaense.

Sr. Presidente, esta fundação ora pretendida, portanto, objetiva, em resumo, conduzir a capacitação e treinamento profissional do homem do nosso Estado.

E é lógico que não se admite e não podemos ter outra idéia, de que tão somente quando se busca criar novos organismos, entidades departamentos, institutos etc., dever-se-ia, em primeiro plano, definir a idéia que se procura concretizar. Não somente definir o que se quer agora, que é instrumentar e capacitar o homem do Paraná, poderíamos dizer, para que, Sr. Presidente?

Nesta rápida evolução nós sentimos que hoje, efetivamente, resumindo a nossa economia primária exportadora, estaríamos diante de dois quadros fundamentais que, repetimos agora, que é a transformação da agricultura em um agricultor assalariado e esta expansão da soja baseada numa economia agrícola de exportação.

Portanto, rapidamente, já sentimos que um instituto desta natureza dever-se-ia voltar, com grande objetividade, a este aspecto da nossa estrutura econômica. E bem sabemos que neste quadro que ora analisamos, para uma solução imediata, que seria a idéia de uma fundação neste sentido, deveria estar delineada uma objetivação que dispensaria um novo instituto, uma nova fundação, porque para resolver estes problemas hoje graves do Paraná, problema desta concentração de propriedade, problema do bôia-fria, o problema do esvaziamento do interior, o problema de desequilíbrio e do despreparo dos centros urbanos do nosso interior e, acima de tudo, para fazer frente a esta baixa renda "per capita" das piores do Brasil, no meio rural, deveríamos iniciar, primeiramente, analisando inclusive o sistema fundiário e aí estaria a idéia da reforma agrária e não se precisaria criar mais institutos. Bastaria colocar em prática e principalmente em estudos, tantos que já existem no Estado, pois praticamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cada Secretaria de Estado possui os seus setores especificados e setoriais; existem órgãos, entidades em convênio, ou mesmo departamentos, ligados à preocupação de capacitar e treinar o homem paranaense.

Vemos, inclusive, na própria Secretaria, que é uma das mais importantes do Estado, pois se trata de um Estado eminentemente agrícola, que é a Secretaria de Agricultura, que existe diversificação existente. Órgãos, departamentos, preocupados em desenvolver estudos, pesquisas etc. Agora, surge então a idéia de se fazer uma fundação, o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, só por uma questão de melhor posicionamento de nossa parte, rapidamente pesquisamos e sentimos a existência só de fundações. A Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social, Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, Fundação Instituto de

Terras e Cartografia do Estado do Paraná, Fundação Educacional do Estado do Paraná, Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais, Fundação Hospitalar do Paraná, Fundação Teatro Guaíra e aí nós poderíamos descer para tantos departamentos, órgãos auxiliares que qualquer Mensagem Governamental delinea em inúmeros capítulos, em cada setor, e em cada Secretaria, os diversos órgãos, os diversos departamentos vinculados, buscando efetivamente este assessoramento para capacitação e treinamento de pessoal e do homem paranaense.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero utilizar esta rápida pesquisa que fizemos, das dezenas e dezenas de entidades, de organismos, de empresas, de convênios que existem entre o Estado e outras entidades, afinal ligadas a esta preocupação de criar a capacitação e o treinamento do homem do Paraná.

Mas vejamos, apenas destes que citamos, IPARDES, FAMEPAR, IAPAR, ITC, FUNDEPAR, FIDES, por incrível que pareça já existe um FIDES - Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais. Agora já existe o FIDEPAR. Portanto, Sr. Presidente, ainda FNP e FTG, na condição de paranaense, homem da Oposição e, principalmente, de cidadão brasileiro, que aqui se repete algo que deveríamos esquecer, num País que ainda está em fase de desenvolvimento, que tanto necessita de dinamização e racionalidade, porque nós entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deveríamos ter a idéia da necessidade de evitar a doença típica dos "gruspúsculos", que são, efetivamente, o parasitismo do próprio setor público brasileiro.

Há uma tendência que se repete, principalmente no Brasil, de criar-se subdivisões de subdivisões, de criar-se novos órgãos diante de novas realidades, quando já existem outros órgãos que poderiam, uma vez dinamizados e racionalmente aplicados os seus recursos e suas funções, poderíamos atingir os mesmos objetivos.

Exemplo típico nós sentimos agora, quando um próprio economista disse ao Brasil inteiro, que precisávamos de uma economia de "garra" e não de economia de "guerra", porque nós não precisávamos era formar mais uma Comissão Nacional de Energia; precisávamos, sim, que o Ministério encarregado do setor, agilizasse os diversos órgãos e departamentos que existem, tratando do assunto da energia, mas lá surge mais um organismo, faz-se novas comissões, subdividem-se comissões, convocam-se mais elementos, formam-se novas mordomias, novos cargos, novas promoções, e eis que de repente, mais uma vez a burocratização, mais uma vez a falta de racionalidade funcional passa a demonstrar a inoperância e a ineficácia desses mesmos órgãos e dessas mesmas comissões.

Há tantos dias se discute nessa Comissão Nacional de Energia as várias opiniões, quando um Ministro chega à opinião absurda e ridícula de querer não mais permitir a regularização dos carros com mais de 10 anos; prova, efetivamente, de que essas comissões acabam sendo comissões para, mais uma vez, reunir elementos, reunir Ministros, reunir grupos, reunir representantes dessa forma dominadora do País, mas não para resolver efetivamente.

Precisávamos, sim, medidas certas, corretas, abruptas que fossem, mas medidas que fossem de garra, solucionadoras e definitivas, não formar comissões e mais comissões, para traduzir e tentar fazer o que não foi feito durante todos estes anos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parasitismos, os "gruspúsculos", que é uma doença típica dos países subdesenvolvidos e, inclusive, de alguns países desenvolvidos, acabam se identificando, principalmente, quando surgem novas agrupações, novas entidades, novas empresas nesse sentido, e quando vão repetir sobrestando as já existentes.

Treinamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que objetiva esta fundação, treinamento é transferência de experiência e de teoria, e não entendemos a necessidade de criar-se,

portanto, mais um Instituto, para transferir ao homem a experiência e a teoria de outros, e de outros povos.

Por esta razão é que nós achamos que é fundamental, fundamentalmente, é verdade, o Estado aperfeiçoa-se, inclusive, para elevar-lhe o grau de participação nas ações econômicas, sociais e culturais.

Com toda tranqüilidade, entendemos que, efetivamente, deve haver até um progresso acelerado desta participação do Estado, nas ações econômico-sociais e políticas. Mas, não se admite é o burocratismo artificioso que exatamente é o desvio, o desvirtuamento funcional do Estado.

Devemos também, eliminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma das coisas mais graves que se repete hoje no Paraná, e está aqui um Instituto desses para provar, que é a crescente privatização do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Mensagem Governamental, na Exposição de Motivos, desenvolve uma série de justificativas, partindo de diretrizes de ação do Governo, e terminando, na relação de resultados que deve existir nesse esforço de capacitação, treinamento profissional, para desenvolvimento do Estado e do homem.

Mas, acabamos ficando surpresos quando analisamos o organograma do Estado do Paraná, específico, e vemos, repito, a multiplicidade de órgãos, de departamentos que acabam sobrestando atividades; acabam repetindo e multiplicando aquilo que já se faz em outros setores.

Mas, principalmente, vemos que os setores básicos hoje mais do que nunca é que se busca criar novas entidades e novos órgãos.

O Sr. Lineu Turra -- Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Nobre Deputado, realmente, Vossa Excelência está fazendo um pronunciamento, em torno da matéria, muito interessante e substancial.

O que entendo é que deve haver mais seriedade nos atos que envolvem a administração pública.

Acho que os homens que comandam este País, seja a nível federal, ou estadual, parece que estão perdidos na sua administração, e procuram agarrar-se em todas as amarras que aparecem em suas frentes, em busca de soluções e superação até da incapacidade administrativa.

Vejamos, por exemplo, nobre Deputado, a EMOPAR, empresa que foi criada com a finalidade específica de atendimento das obras públicas. E o que faz a EMOPAR? Com uma diretoria, com um gasto gerencial enorme, apenas contrata empresas para construção de prédios, realização de obras públicas.

Quer dizer, ela não veio resolver em nada o problema. Apenas veio acarretar mais despesas para o Estado, mais despesas para o erário público, e ainda fugindo ao controle do Poder Legislativo, porque fica com suas contas sujeitas apenas à prestação perante o Tribunal de Contas. E assim vai ocorrer com esta fundação que se pretende instituir, através deste projeto que é mais uma fuga do controle do Poder Legislativo, porque não vejo, em nada, os resultados práticos desta fundação. Em absoluto. Acho que se deveria encarar o problema com mais seriedade pelos homens responsáveis pela administração deste País.

Nós da Oposição não temos outra coisa a fazer senão alertar, porque somos minoritários nesta Casa, se não alertar como tantas vezes, a Oposição, o Movimento Democrático Brasileiro, alertou o Governo brasileiro para o problema do petróleo. E o Governo ficou surdo aos brados do MDB, no sentido de que o problema do petróleo traria uma crise muito grande para o País.

E agora, o Governo se vê desesperado e já quer convocar o MDB para participar de seu desespero. Mas, eles foram alertados para o problema e não quiseram dar ouvidos ao MDB, apenas procuraram, durante esses quinze anos, hostilizar a Oposição. E

assim está aqui o caso também de mais esta fundação que se pretende criar e digo até de afogadilho, sem maiores discussões, sem maior responsabilidade, e eu chamo a atenção para os homens responsáveis inclusive da bancada arenista, para os projetos que têm sido votados nesta Casa, desta natureza, que apenas servem para agravar a despesa pública.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e quanto a ele, duas observações: efetivamente, quanto ao aspecto do próprio problema nacional, desde o surgimento do Movimento Democrático Brasileiro, sempre o MDB criticou no início teoricamente, que o modelo não servia ao País, que o sistema que se estava implantando era concentrador, era injusto e que graves problemas ocasionaria à economia e à própria soberania nacionais.

O MDB não foi ouvido em sessenta e seis quando falava teoricamente e a prática, infelizmente, acaba vindo confirmar que o MDB tinha razão, quando teorizava o sistema que se implantava no País.

Quanto ao outro aspecto, não há a menor dúvida: é uma maneira de dispersar organismos, multiplicar-se entidades, surgir novos empregos, novas assessorias, novos cargos de confiança e a multiplicidade de entidades para resolver problemas que existem há tantos anos e que, no entanto, não é criando mais um órgão que nós vamos resolver esses problemas. Não é criar mais um instituto que nós vamos capacitar e treinar definitivamente o homem do Paraná.

A nossa prioridade máxima, prioridade das prioridades devia efetivamente ser a educação básica do Estado, a educação do nosso homem. Este sim, seria o grande instrumento, o grande instituto, a grande força para o desenvolvimento do nosso homem, para que esse desenvolvimento fosse integral, e ele pudesse então ter treinamento e capacitação cada vez melhor e na educação básica estaria o fator predominante, e no entanto, trata-se de uma educação, trata-se de mais um órgão, completando a nova Fundação do Estado do Paraná e eu digo, neste instante, muito bem colocado por Vossa Excelência: retira-se do Poder Legislativo mais um mecanismo de controle, porque a própria Fundação, por suas características jurídicas, passaria tão somente para a observação legal do Ministério Público e das suas associações do Tribunal de Contas e dos Conselhos Fiscais e etc.

É o Poder Legislativo que diretamente está trazendo e preocupado com os problemas sociais, econômicos e políticos do Estado e hoje nós tivemos a felicidade de ver e ouvir um próprio Deputado da Situação, trazer o espelhamento de uma realidade triste e preocupante. Nós é que deveríamos ter mais confiança no nosso próprio serviço, mas para isso nós precisamos ter efetivamente um Legislativo forte, forte para poder melhor controlar essa hipertrofia do Poder central, do Poder Executivo e não é tirando mecanismos de controle do Legislativo, que nós vamos resolver os problemas. Precisamos é cada vez democratizar mais, para que popularmente o povo participe de todas as entidades, empresas do Governo, enfim, e no entanto, Senhores Deputados, cria-se uma fundação, tira-se do controle do Legislativo, a sua análise mais efetiva, imediata e prática, e no entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o estatuto, que é a espinha dorsal desse organismo, será mais uma vez, no Brasil, será mais uma vez, no Paraná, a criação de decreto-lei, criação de decreto do Executivo, mais uma vez o Legislativo estará ausente, e essa espinha dorsal que haverá de colocar avante essa nova entidade, essa movimentação e essa estrutura legal, o nosso Poder Legislativo não participará.

E aí vem, Senhor Presidente, não só esse aspecto do próprio poder de controle do Legislativo, que acaba sendo cada vez mais diminuído, o Ministério Público, Conselho Fiscal e a Assembléia analisará por certo esta fundação. Os estatutos sob o controle exclusivo na sua elaboração do Poder Executi-

vo. Não temos referência de má fé contra uma produção nesse sentido. Mas fica a nossa reserva, porque caberia já que se manipularão valores do povo, já que se trata de mais um organismo ligado ao Governo, deveríamos ter um maior controle, uma maior preocupação e participação na sua própria administração.

A indicação dos membros será exclusivamente do Governador do Estado e que nomeará por quatro anos os componentes da Executiva dessa fundação e ainda com direito à reeleição, recebendo esses elementos os valores salariais correspondentes a um Secretário de Estado, ou até os valores correspondentes a um Secretário de Estado.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós precisamos analisar com mais seriedade tudo isso. Vemos hoje o Estado do Paraná em dificuldade com empreiteiras, empreiteiras querendo receber e outras, inclusive, na fase de pré-quebra, na antessala da concordata ou da falência. E, no entanto, nós vemos também aqui o Paraná mais uma vez o Governo se dispondo a criar mais uma entidade, mais uma fundação para reprisar, para voltar a fazer aquilo que já fazem tantas outras entidades como o IPARDES, como a ACARPA, como tantas outras empresas em seus diversos e nas suas diversas seções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos inclusive dúvidas sérias, quando consta do projeto de que empresas privadas serão assessoradas por essa nova fundação, FIDEPAR. E tenho dúvidas também de que a empresa privada pretende receber ensinamentos, treinamento e capacitação de um órgão desses, quando nós sabemos que as empresas privadas estão muito à frente do Poder Público, exatamente porque o Poder Público procura complicar, burocratizar, multiplicar as suas funções próprias de ensinamento, preparação e treinamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, criar esperanças novas e sepultando a ineficiência antiga, eis uma regra, parece-me que calha adequadamente ao caso FIDEPAR, exatamente criar esperanças novas, sepultando talvez as ineficiências antigas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, poder-se-ia neste instante indagar a esta Casa do Povo, aos Deputados da ARENA e do MDB, o que presentemente de imediato é fundamental para o Paraná. Todos nós paranaenses deveríamos, neste instante, parar um pouco e perguntar, de imediato, a curtíssimo prazo, não a médio e longo prazo, mas a curtíssimo prazo o que efetivamente é fundamental para o nosso Estado.

Nós ousamos dizer que entendemos que fundamentalmente para o Paraná de imediato é a orientação dos gastos públicos para os programas sociais. Reorientar os gastos públicos para os programas sociais. Não repetir, reorganizar, criar novos organismos, com dotações novas, com novas verbas, com novos cargos, com novas despesas. Fundamental hoje é orientar efetivamente estes gastos, definir Sr. Presidente, Srs. Deputados, definir prioridades e essas prioridades que sejam efetivas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, urgentemente há que se criar estrutura da vida das áreas interioranas para que nós possamos ter a presença física e também a presença associativa do homem rural no seu conglomerado para valorizar inclusive o seu trabalho e a sua vida familiar. Precisamos, Sr. Presidente, trabalhar sobre as populações marginalizadas do Estado. Precisamos definir o que fazer efetivamente para resolver esse problema gravíssimo que é um verdadeiro câncer social, das populações marginalizadas.

E para isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há necessidade de criar mais FIDEPARES, de criar mais entidades. Basta acionar e agilizar as já existentes. Basta efetivamente reciclar os gastos públicos para reorientar as prioridades do Estado.

Isto se nos parece fundamental, definindo inclusive uma política de incentivos, incentivos porque hoje com o dinheiro do povo nós vemos no nosso Estado grupos se instalando, mui-

tas multinacionais, enquanto as prioridades sociais são suje-
gadas a um plano secundário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto tudo nos faz trazer este aspecto, exatamente no momento em que nós vemos mais uma entidade sendo criada. E eu digo mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a própria situação do Estado, se não fosse só a necessidade, que acredito agora imediata de redisciplinar estes gastos públicos e está aí uma grande dívida que o Estado tem, uma herança considerada maldita pelos próprios jornais de expressão do Estado, onde manifestam a grande preocupação que o Sr. Ney Braga não sabe que o abacaxi vai receber de herança, dizia o jornal, pode até ver um quadro escuro, mas ele é seguramente bem mais negro do que se imagina.

É apenas a introdução desse comentário de um dos jornais dos mais sérios que existem no nosso Estado e no País. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós estamos diante dessa herança maldita, de uma dívida preocupante cria-se mais uma entidade, mais valores serão carregados e canalizados para o FIDEPAR uma nova fundação, a nona que existe no Paraná, repetindo as outras, como dizia, a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais, a Fundação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná. Se existe uma fundação para auxiliar, dar assistência, dinamizar os próprios municípios, já tínhamos aí um meio já existente, estruturado para que fosse dinamizado e pudesse, racionalmente, atender a essa política que se pretende, através da criação da FIDEPAR. Sr. Presidente, Srs. Deputados, não acreditamos, repito e ainda repetirei neste pronunciamento, que a criação de novas entidades resolva o problema, a criação repetitiva ou multiplicativa de órgãos nunca resolveu o problema, o que resolve é efetivamente a dinamização, a racionalização e a celeridade dos órgãos existentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo, numa opinião bem pessoal, neste instante, que o projeto da FIDEPAR chega a ser até uma pequena agressão à inteligência das lideranças políticas e sociais do Paraná.

Com a pretensão da tecnoburocracia já falida no País, pela própria prova da situação nacional, agora essa tecnoburocracia quer orientar a sociedade civil nos seus propósitos econômicos a partir, do aceno à eficácia empresarial.

Sr. Presidente, é um despudor da tecnoburocracia e dos tecnoburocratas, incompetentes e pertencentes a essa tecnoburocracia, que pretende no Poder privatizar a ação do Estado, com recursos públicos.

É realmente preocupante, querer privatizar a ação do Estado, mas às custas do dinheiro público. Eis aí a fundação, eis aí tantas outras organizações. Tem o aparte o Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi -- Deputado Nelson Friedrich, infelizmente, fui privado do privilégio de ter participado do discurso de Vossa Excelência no seu início, quando tive que atender compromissos outros, mas, ouvindo o seu pronunciando e quando Vossa Excelência enfatiza o fato de ser a nona Fundação a ser criada neste instante, parece-me que está havendo, inclusive, uma distorção, um equívoco na forma de enfocar o que essas fundações, essas instituições entendem como prestação pública de contas, ao Poder Legislativo, à opinião pública, ao povo do Paraná, porque essas instituições geridas por uma categoria totalmente nova, que são os famosos tecnoburocratas que se consideram seres superiores, independentes, distantes da política, mas dela se servindo para continuar atuando, para continuar sempre emergindo na onda dos acontecimentos, entretanto, eles confundem a prestação de contas com caríssimos impressos de publicidade pessoal.

E se nós fôssemos observar, o que este Poder, através de cada um de seus Deputados, recebem no início do ano, ou no final do ano, que impressos em policromia do mais alto custo

apenas, para dizer nada com coisa nenhuma, numa prestação de serviços questionável, numa prestação discutível de atividades, em relatórios onde impera o bom gosto da impressão tipográfica, o bom gosto da distribuição das páginas, mas onde sacudindo-se numa peneira, sobra muita palha, sobra muita casca, mas o cereal, que é bom, não tem mais nada.

É isto que deixa a gente mais ou menos constrangida porque a gente que entende do objetivo inicial dessas fundações e destas companhias de economia mista, com instrumentos de agilização do Poder Executivo, vê, entretanto, com que muitas delas transformem-se em chás sociais, onde reúnem técnicos para se contemplarem mutuamente, uma linguagem nova e diferente que inventam, exatamente, para dentro de uma codificação semântica, impedir que nós, pobres mortais, possamos entender seu linguajar. E como nós não entendemos o seu linguajar, eles continuam no mundo da lua e nós continuamos neste vale de lágrimas, com uma diferença, o povo produzindo para sustentar estes astronautas no espaço!

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Muito bem colocado, nobre Deputado e agradeço o aparte. E só estas publicações que Vossa Excelência se referiu, atestam, sobremaneira, num detalhe talvez pequeno, a grandiosidade da ação tecnoburocrática, o que se passa realmente nos batidores e lá, no interior de suas funções. Porque recentemente, por uma questão de informação pessoal e não oficiosa, acabamos tendo uma informação de que praticamente uma das publicações ascendeu ao valor de 800 mil cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, está provado e não há dúvida que o despudor dos tecnocratas trouxeram malefícios terríveis à nossa Pátria, porque enclausurados como bem disse o ilustre Deputado Renato Bernardi, na sua prepotência e alta sabedoria, mas totalmente fora do chão, fora da Terra, fora do problema bem nosso, e bem particular de cada brasileiro, acabam criando, submetendo o Brasil à multiplicidade de órgãos, de entidades, de empresas, de organismos, no sobrestamento de funções.

A linhagem de muitos governantes ou sucessores e herdeiros dividindo o Poder do Estado e aplicando recursos econômicos em favor destes próprios grupos, cumpre mais uma etapa desta privatização dos lucros e socialização dos prejuízos. Cada vez, quando se cria mais uma entidade, são mais empregos, são mais despesas de pessoal, são mais despesas de expediente, de manutenção e todo o resto. Há, efetivamente, novos apadrinhados que acabam recebendo as benesses do Poder. Aumentam-se as despesas, efetivamente. E aí aparece este custo socializado entre o povo e os benefícios privatizados entre os partícipes do grupo do Poder.

E as elites dominantes acabam sobrevivendo assim. Multiplicam os benefícios de seu agrupamento, mas socializam tão somente estes prejuízos, estes custos para um povo brasileiro. E isto está em todos os organismos.

Agora nós vemos, etudefatos, o próprio Ministro da Previdência Social dizendo que retornará o FUNRURAL. Ora cria-se, ora extingue-se. Multiplicam-se organismos, disciplinam-se em alguns setores, mas acaba criando-se uma porta grande onde lá acaba, mais uma vez, a existência tranqüila da falta de dinamismo, de racionalidade, do aparelho estatal.

Sr. Presidente, este projeto é mais uma avançada deste grupo que existe no País inteiro, a fim de montar uma assessoria burocrática e gerencial com as "burras", do Governo. Assim é fácil, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assessoria destinada à propaganda e aos ajustamentos políticos dos beneficiários da ação do Estado.

Recentemente, Sr. Presidente, segundo informações que temos, a atual direção do BADEP, extinguiu o Órgão de Pesquisa e Treinamento, um programa de treinamento de executivos e de análises econômicas, e que estava a serviço, exclusivamente, de pequenas e médias empreas, confirmando-se, efetivamente,

que o próprio BADEP, extingue um órgão deste, de pesquisa e treinamento, e quando nós vemos todo o dia chamamento na imprensa, chamamento em convite, para cursos e mais cursos de capacitação e treinamento, tipo CEAG e tantos outros, nós acabamos ficando também apreensivos, se um órgão desses, já estruturado e definido, se extingue, é porque, efetivamente, existe alguém suprimindo, e, portanto, não será criando uma FIDEPAR, que irá resolver-se um problema, se já existem soluções nesse campo.

O Sr. Gernote Kirinus -- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Sr. Presidente, ali onde se torna necessário, com critério e fluidez atuar em apoio à produção, como na média e pequena empresa, nota-se a deficiência e a insuficiência da ação do Estado, aliado, isto sim, a interesses maiores, inclusive, a interesses às vezes alienígenas.

Sr. Presidente, nós vemos inclusive, até no cooperativismo, um exemplo de como debilitam-se os sistemas de produção e comercialização dos produtores de pequeno porte, que uma cooperativa vê o assédio, ora de cursos de treinamento, de capacitação ou de auditoria do Banco do Brasil; de repente, surge a Secretaria da Agricultura, de repente vem a ACARPA, logo mais surge o INCRA, mais tarde a OCEPAR, de repente volta a ASSOCEPE, e são vários os organismos que acabam repetindo as mesmas funções, as mesmas atividades e os mesmos resultados, e com custos elevados para o nosso produtor e o nosso agricultor. E este exemplo que acabo de trazer e que acontece cotidianamente nas cooperativas, também acontece e se repete em todos os Estados e em todos os níveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Estado que mais se aplica no jogo de grupos industriais, muitas vezes até, não digo e não generalizo, apadrinhados politicamente, do que a propriamente atender a população dos pequenos e médios, e, principalmente, esse grave problema social que existe.

Atendendo pequenos e médios, principalmente produtores, os pequenos e médios homens do campo, os pequenos e médios das empresas comerciais e industriais, nós estaríamos efetivamente, disciplinando, organizando e dando uma grande função social à administração, vendo, sim, o homem como grande meta, mas meta não somente de publicidade, mas efetiva valorização e celebração de sua função. O Deputado tem um aparte.

O Sr. Gernote Kirinus -- Nobre Deputado Nelson Friedrich.

Acompanhei e vejo com brilhantismo Sua Excelência estar montando a sua argumentação, que viria a formar uma posição contrária à criação de mais uma Fundação. Gostaria de contribuir ao seu raciocínio, no sentido de dizer que além de tudo que possa ter sido criticado a essas fundações existentes, pesa, ainda, que, dentro de um regime político, de executivo forte, tirânico, ainda corre o grave risco dessas fundações serem utilizadas politicamente com a política eleitoreira, como aconteceu, aconteceu recentemente com a Fundação FUNDEPAR, quando permitiu, ou, pelo menos, o que lemos no jornal da minha cidade, de que apesar das poucas bolsas que temos nós para distribuir, um Deputado da ARENA da região da minha cidade, publica em manchete de que distribuiu oitocentas e cinco bolsas conseguidas junto à FUNDEPAR.

Portanto, parece que essa conotação política eleitoreira, servindo apenas a um partido à projeção política dos Deputados ou daquele Deputado situacionista, é um grave perigo que ocorre também dentro dessas fundações. É mais um motivo pelo qual passamos a traçar sérias restrições a isto.

Pese também a argumentação de Vossa Excelência no sentido de que criaram várias fundações; órgãos foram criados e recriados, retiraram e voltaram a criar, o mesmo parece que acontece com as empresas estatais, a exemplo da COPEL.

Inicialmente, para eletrificação rural foi incentivadora

criação de Cooperativas de Eletrificação Rural. Hoje, a COPEL é uma inimiga número um das cooperativas, competindo, fazendo uma concorrência injusta.

Na minha cidade, o clamor de muitas cooperativas de eletrificação rural estão bradando diante dessas injustiças.

Portanto, parece que se cria, assim, monstros, cabides de emprego, máquinas políticas e nada mais.

Seria este o aparte que queria trazer ao seu brilhante pronunciamento.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Obrigado. Efetivamente Vossa

Excelência tem razão, porque estamos cansado de ver, quase a cada Governo e a cada ano, repetição das nomeações, de favoritismo, muitas vezes de interesses eleitoreiros, não generalizo, mas tem sido praticamente a regra.

E isso, é, efetivamente, angustiante, quando se quer uma sociedade justa, um governo justo, disciplinado e voltado aos interesses maiores de sua gente.

O Sr. Fiori Luiz -- Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, pelo que estamos sentindo, não é preciso ser um estudioso, nenhum cientista, para entender que a criação da FIDEPAR é mais um cabide de empregos. Isto salta aos olhos.

Agora, é uma imoralidade, nobre Deputado. Esse projeto é uma imoralidade.

Mas, tenho quase plena convicção e certeza, que muitos dos Srs. Deputados da ARENA, gostariam de rejeitar esse projeto.

Sinto esta atmosfera. Mas, há determinações que acabam tolhendo a liberdade de agir, de assumir posições e votar acima de tudo, com o que manda a consciência, com o que manda o íntimo de uma pessoa.

É uma imoralidade!

Chego quase a apostar que a grande maioria da bancada da ARENA, gostaria de não aprovar esse projeto.

Isto tenho quase certeza, e sinto, porque, afinal de contas, embora pertencendo à valorosa bancada, há que se destacar, que se reconhecer, que se dar, o valor intrínseco que cada um tem, a consciência de analisar, de ver as coisas de maneira coerente. Mas, "forças ocultas" sempre estão presentes.

É uma pena! Mais um cabide de empregos. Fosse o Brasil um País sério, e não o é, não estaríamos aqui discutindo este assunto, nenhum projeto dessa natureza viria para esta Casa. Mas, como disse De Gaulle, que o Brasil não é um País sério, e na verdade não é, então vamos discutir até amanhã cedo.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Ilustre Deputado, agradeço seu aparte. E vou buscar num provérbio francês a resposta à colocação de Vossa Excelência, apenas complemento: "O que quer o Rei, assim quer a lei".

Só que era da Idade Média esse provérbio francês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que se já existem tantos organismos, empresas, entidades e fundações fazendo trabalhos como ora pretendidos pela FIDEPAR, não tem o atual Governo, necessidade de querer esse crédito, essa credibilidade para criar agora esta fundação, destinada a orientar e treinar técnicos e gerentes, porque Senhor Presidente, Senhores Deputados não podemos com toda a honestidade, deixar passar em branco essa manifestação para que fique registrado nos Anais da Casa, a certeza de que não é criando, recriando e surgindo, repito pela segunda vez nesse pronunciamento, novas entidades, que estaremos resolvendo esses problemas.

O Paraná inteiro, o homem de bom senso, o homem mediano do Paraná sabe das prioridades desse Estado, sabe das necessidades sociais do seu povo e sabe que fundamentalmente os organismos públicos devem e precisam instrumentar diretrizes, e não é portanto, criando fundações, para assessoramento,

com cargos criados para quatro anos, com direitos à reeleição, com salários elevados e até a possibilidade de repeti-lo, como se fossem Secretários de Estado e uma Fundação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com toda a sua estrutura, que bem sabemos as já existentes, porque afinal de contas Senhor Presidente, à Oposição cabe neste instante, quando se quer criar um mecanismo político burocrático, cabe à Oposição ver nisso também, não só dispersando verbas e dispersando investimentos. Também entendemos que estamos aí criando mais um local de emprego, efetivamente, e precisamos protestar para que fique aqui nesta Casa, Deputado Fiori Luiz, desmascarada essa pretensão. Porque Senhor Presidente, sabemos que a maioria vencerá. Não se discutirá o problema, não se quer saber efetivamente, o que constará dos estatutos dessa nova fundação. Não se pretenderá saber como serão regulamentados os outros aspectos desse novo Instituto.

Vamos criar, porque aqui se cria, mas não se resolve.

Se viesse aqui para esta Assembléia, para um debate público, as prioridades efetivas do Estado em termos de uma modificação no sistema fundiário, um atendimento às populações marginalizadas, uma reciclagem dos gastos públicos, isto sim, faria com que as bancadas aqui presentes, pudessem auferir as suas realidades, analisar, a ponderar e colaborar, mas vir aqui para sacramentar, e avaliar mais um organismo, repetitivo, mais um organismo para multiplicar as atividades já existentes e que não se preocuparam com esses problemas. A Sua Excelência, Governador do Estado, tem até agora utilizado; daí o Paraná que aparece rico, perante o povo brasileiro, mas tem efetivamente, uma população pobre no seu interior, mas até agora, qual é efetivamente o programa para enfrentar isso? Será a FIDEPAR? Não. Já existe: FAMEPAR, IPARDES, IAPAR, já existe ITC, FUNDEPAR, FIDES e tantas outras coisas, tantos outros organismos. Não é criando mais a FIDEPAR que vamos resolver o problema e Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero encerrar as minhas palavras aqui neste momento dizendo que entendemos efetivamente o que precisa com urgência, é o Legislativo forte, mas antes de forte, que seja democrático, liberal, porque digo aqui e pretendo fazer essa manifestação, como conteúdo de um pronunciamento que haveremos de aqui trazer.

Tem-se dito nesta Casa, muito que a maioria faz e a minoria aguenta. Mas eu digo: maioria numérica não é maioria, maioria é a democrática, como existe em tantos outros Países e outros Parlamentos independentes do mundo. Maioria democrática é a do Partido Democrata dos Estados Unidos que nega um plano energético do seu Presidente que é do seu partido. Maioria é o que nós vimos em Israel, que obrigou Menahin Beguin a ficar doze horas no Parlamento, discutindo com eles um acordo de paz com o Egito. Maioria Parlamentar, Senhor Presidente, Senhores Deputados é a democracia de poder votar com a sua consciência sempre, não atrelada aos interesses do Poder. Desgraçadamente estará o MDB no futuro, se for Governo, e ter que obrigar as suas Casas Legislativas, Câmara Municipal, Assembléia e Congresso Nacional a ter que fazer esse tipo de comportamento. Porque é na Casa do Povo que deveremos discutir as prioridades desse mesmo povo. Não aceitar passivamente.

Nós temos exemplo típico no Brasil aqui agora, está aí o próprio projeto de anistia, onde nós vemos Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma grande maioria querendo simplesmente por ser numérica decidir e repetir aquilo que já foi decidido na Granja do Torto e do direito que não bem sabemos quais são.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos ao menos a tranquilidade, a de sair desta tribuna, de ter registrado nos Anais que não acreditamos e aqui deixamos de viva voz, que FIDEPAR vai resolver esse problema de capacitação e treinamento do homem paranaense, porque já existe repetição de

tantas entidades e organismos. Principalmente, por entendermos que o projeto será aprovado, não com o meu voto com certeza, porque entendo que é dinamizando que nós vamos resolver o problema, não buscando novas criações que isso é próprio dos incapazes, dos incompetentes que criam mais organismos para poder corrigir os erros do passado que não conseguiram solucioná-los.

Sr. Presidente, cabe-me aqui, neste instante ao encerrar a nossa participação, a resposta que consta na obra de Brecht, dada por Galileu a segredo sobre os Copernicanos. — “O mundo inteiro estava contra eles, e eles tinham razão”.

Amanhã, ou depois, queira Deus, o Paraná e os outros Deputados desta Casa, por certo haverão de reconhecer que o MDB, que nós neste caso, tivemos mais uma vez razão, que não é criando mais órgãos que nós vamos resolver estes problemas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sobre a Mesa, requerimento do Deputado Erondy Silvério, solicitando prorrogação de sessão por mais duas horas. — Em votação. — (Pausa). — **Aprovado.**

Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 97/79.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para discutir, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos as brilhantes participações desta tribuna dos Deputados Renato Bernardi e Nelson Friedrich, analisando a Mensagem Governamental que visa instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Paraná, FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira vinculada à Secretaria de Recursos Humanos.

Depois dos brilhantes pronunciamentos realmente pouca coisa a mais tem que se acrescentar. No entanto, há o aspecto que eu fiquei observando e não foi colocado pelos ilustres Parlamentares. E vem de encontro a uma participação nossa nesta tribuna, quando cobrávamos da Secretaria de Recursos Humanos a agilização do processo de concurso para a Polícia Civil do nosso Estado. Depois daquela nossa participação, tivemos os resultados em quinze dias, sendo publicados pela referida Secretaria. Portanto, estavam realmente dormitando nas gavetas da Secretaria, aquele processo.

Mas o que nos chama a atenção, quando o Governo pretende criar novos organismos para auxiliá-lo na administração do Estado, é o número de membros de suas diretorias, de seus conselhos fiscais e etc. Logo à posse do Sr. Ney Braga no Governo do Estado, acompanhamos com vagar, os Diários Oficiais, que publicavam as atas de reuniões de diretorias da Rádio Difusão do Paraná; da TELEPAR, da SANEPAR, CELEPAR, MINEROPAR, CETEPAR, FAMEPAR e de tantos outros organismos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam bem, nós tivemos o cuidado de ver que os membros do Conselho Fiscal, da TELEPAR por exemplo, recebem como remuneração quantias elevadíssimas e comparecem apenas a uma reunião por ano.

Isso está publicado nos Diários Oficiais de nosso Estado, mas não seria grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados esta participação, se não fizesse parte do Conselho Fiscal destas Empresas, os mesmos homens que são Secretários de Estado, eu não sei qual a ligação que teria por exemplo, um Secretário de Estado, de Segurança Pública, com a RADIPAR - Rádio Difusão Paraná, não sei qual é, mas a verdade, é que o Secretário de Estado de Segurança Pública, faz parte também do Conselho Fiscal da Rádio Difusão Paraná e de outras empresas do Estado, isso quer dizer, recebe como Secretário e também como membro do Conselho Fiscal dessas empresas públicas.

É como diz o quadro que apresenta na televisão sempre, “está tudo bem, com os mesmos”. É mais uma empresa que

se cria para dar aos mesmos homens uma complementação de honorários, de subsídios, ou da forma que for colocada para essas pessoas.

Este é apenas um dos aspectos que observei, não foi tratado daqui, pelos nossos companheiros que nos antecederam.

No entanto, tem outros aspectos. O aparte o Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Facci, Vossa Excelência faz referência ao Conselho de Administração desta empresa a ser criada, como as demais, ainda pergunta o que tem a Secretaria de Segurança com a RADIPAR. Secretaria de Segurança é claro que tem vinculação, é um órgão em que verifica a divulgação e tudo isso. Mas vamos entrar no que interessa que é esta Mensagem que Vossa Excelência poderá verificar no artigo 5.º da Mensagem, parágrafo único, que diz que serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujo vencimento fixado anualmente por decreto, e não serão atribuídos aos Secretários de Estado.

E no artigo quinto diz que a FIDEPAR será administrada por um Conselho Administrativo composto de dez membros efetivos e quatro Suplentes, e uma Diretoria Executiva composta de quatro membros. Serão remunerados unicamente os quatro membros. Mas por quê? Porque essa entidade, a criação dessa entidade. Nobre Deputado, Vossa Excelência sabe que junto ao Governo Federal, um organismo como CEBRAL vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o PIPMO vinculado ao Ministério do Trabalho, SENAR, do Ministério da Agricultura, o PNTE do Ministério de Planejamento, são organismos que se destacam na linha de recursos para o setor primário. E que têm vários recursos que destinam a fundo perdido aos Estados, desde que o Estado tenha um órgão congênere, para este campo de ação. E a criação desta empresa será uma maneira de conseguir junto ao Governo Federal, que a culpa não é nossa, está errado ou certo, mas existe um órgão e a maneira de nós trazermos este dinheiro a fundo perdido, é a criação de um órgão idêntico àquele existente do Governo Federal. E há necessidade da empresa no preparo deste pessoal no serviço público, é uma necessidade. Agora, poderia fazer sem criar esta entidade, mas com a criação possibilita recursos evitando que o Estado tenha que fazer investimento. Eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado Gilberto Carvalho, o cuidado que Vossa Excelência tem em colocar, a chamar a atenção para o parágrafo único do artigo quinto, onde diz: serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos fixados anualmente por decreto não excederão a remuneração atribuída ao Secretário de Estado, tem validade. No entanto, esta como as outras empresas, não deixará de pagar aos membros do Conselho de Administração, chamado nesta e nas outras Conselho Fiscal, como "jeton", aos membros do Conselho Fiscal. Depois é só ler as atas que são publicadas todos os anos na renovação das diretorias.

Mas respondo também quase a outra conotação do seu aparte, quando diz que há no Governo Federal várias entidades e que nós teremos que ficar vinculados através da FIDEPAR. Mas há também uma atitude governamental tomada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de criar até um Ministério de Desburocratização Nacional. Será que nós estamos vendo um açodamento do Governo do Estado em criar mais uma empresa, quando há uma consciência nacional e um trabalho da Presidência da República, procurando diminuir títulos, siglas e entidades para facilitar a vida de nossa população?

Esta é a segunda dúvida que levanto e respondendo, exatamente, o aparte de Vossa Excelência, que cita um sem número de siglas que nós teríamos que ter além do dicionário da língua portuguesa, o dicionário das siglas brasileiras; porque são tantas as siglas que nós não entendemos mais nada. É tanta a colocação que até tem trabalho escolar. Chegam em casa os

filhos da gente, e numa das perguntas está lá: o que é FIESPE, o que é TELEPAR? É uma barbaridade, Sr. Deputado e a campanha que fala em desburocratizar...

C Sr. Gilberto Carvalho — Permite-me um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Foi iniciada agora, às avessas até, porque criam-se organismos e aqui no Paraná estamos criando mais um organismo dentro desta campanha, o que eu não entendo. Tem o aparte, Vossa Excelência.

O Sr. Gilberto Carvalho — Concordo, nobre Deputado, quando Vossa Excelência diz que poderão criar "jetons", existe outra maneira de remunerar o conselheiro. Nós estamos num momento de cortar isto. Estamos apreciando uma Mensagem, se Vossa Excelência acha que nesta Mensagem existe maneira que dá condição a esta empresa de pagar "jeton", então vamos ver onde está a falha e vamos incluir na lei, para impedir que isto aconteça. Porque eu também não concordo e acho um absurdo o conselheiro, o Secretário de Estado, vai pertencer a um Conselho para orientar, numa empresa desta, e ter que ser remunerado. Se existe a maneira de "jeton", vamos ver e impedir na lei, e se for remunerado depois, nós teremos meios de cobrar e de impedir que isto aconteça.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Deputado, nós citamos um dos Secretários, porque foi o que me veio na memória neste instante. Mas, em todas as empresas públicas, e já conversamos com vários Deputados, inclusive da vossa Bancada, em todas elas o Conselho Fiscal ou Administrativo...

O Sr. Gilberto Carvalho — Mas acho correto a participação...

O SR. ANTÔNIO FACCI — ... Correto, desde que houvesse impedimento quando recebessem duas vezes, mas recebem. E há, inclusive a participação em uma das atas, lembro-me agora, de um órgão federal, era até um militar representando esse órgão federal, não consigo lembrar-me agora qual delas no Paraná — e que disse que estava dentro do Programa Nacional da ELETROBRAS, a se remunerar daquele sistema os membros do Conselho Fiscal.

Agora, é ou não é, Srs. Deputados, está tudo bem para os mesmos.

Estas as colocações que não podemos admitir, criação de órgão em cima de órgão. Há pouco tempo criou-se um órgão para substituir a ACARPA, e a ação é a mesma e não mudou coisa nenhuma. E lembra bem o Deputado Nilton Friedrich, fizeram o prédio mais bonito.

É verdade, e há suspeitas, inclusive, que foram levantadas desta tribuna pelo Deputado José Tavares, com referência ao custo dessas obras. E é porisso, Deputado Gilberto, que a bancada do MDB vem para esta Assembléia e vota contra esse tipo de Mensagem. Não estamos aqui para radicalizar posições, mas aumentar organismos para que estes organismos fiquem novamente a ser disputados por elementos ligados ao Governo, nós somos contrários.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Antônio Facci, ouvi atentamente a colocação de Vossa Excelência, como também ouvi com muita atenção as colocações feitas anteriormente pelos grandes Deputados Renato Bernardi e Nilton Friedrich, mas confesso a Vossa Excelência que não havia de minha parte interesse em pronunciar-me a respeito desta Mensagem que ora está em discussão nesta Casa.

Mas, diante de tudo que já foi dito, eu confesso também a Vossa Excelência, nobre Deputado, que, por dever de consciência, e por dever até de honestidade para com àquele que confiou em mim, por dever até de honestidade para àqueles que confiaram em mim, e isto tem sido motivo constante de indagação que faço para mim. O porquê que estamos aqui neste Poder Legislativo.

Confesso que tem dias que tenho tido grandes decepções no convívio diário e na lida diária das matérias discutidas neste

Poder. Mas, às vezes, encontro resposta.

Bom, nós estamos vivendo num regime de exceção, nós estamos vivendo num regime ditatorial, autocrático, de força, num regime militar, e os poderes não são harmônicos e independentes.

Na realidade, existe um dos poderes, que é o poder central, é o Governo Federal que delega parte desta sua autocracia aos Governos estaduais. E onde é nobre Deputado Antônio Facci, que nós situamos o Poder Legislativo, quer a nível federal, estadual ou municipal?

Lamentavelmente nós temos que ter a hombridade e a coragem de admitir que este Poder nada mais é do que um órgão auxiliar do Executivo, porque tenho visto, e esta é a razão de minha decepção, quase que diuturnamente aqui nesta Casa, mensagens da mais alta indagação. E aqui também é de se fazer justiça ao zelo, ao cuidado, que o nobre Relator, Deputado João Elísio, teve para com esta Mensagem.

Mas, fico, às vezes, a perguntar, que mensagens de alta indagação como esta, passam despercebidas. Simplesmente passam. Chegam aqui, já com a certeza de sua aprovação.

E mais uma Mensagem, mais um dia, essa Mensagem é aprovada. E mais ainda, para concluir, por dever de consciência e de justiça, devo deixar aqui registrada a minha posição, o meu desalento para com assuntos da mais alta seriedade, como este.

Diz o eminente Relator, em seu parecer, em determinada altura, que "descortinam-se horizontes mais amplos, com a entrada maciça de recursos possíveis de serem obtidos nos diversos órgãos que tratam da matéria, no âmbito federal. Organismos como a CEBRAI, vinculada à Secretaria do Planejamento da Presidência da República, PIPOMO, uma sigla feia, como disse o nobre Deputado Waldyr Pugliesi, vinculado ao Ministério do Trabalho; CENAR, do Ministério da Agricultura; BNDE, do Ministério do Planejamento; que são organismos que se destacam com linhas de recursos para o setor primário. Mas, a Mensagem que o ex-Governador Jayme Canet Júnior, leu nesta Casa, no início desta legislatura, nos traz também, confirmações de que existem um cem números de convênios com organismos da área federal.

Por conseguinte, não entendo, nobre Deputado, porque razão há de se criar mais uma organização, mais um organismo, uma fundação, com um cem número de empregos, alegando que é para fazer convênio exatamente com esses organismos federais, quando a própria Mensagem do ex-Governador nos traz que esses convênios têm sido constantemente firmados com esses organismos, sem a necessidade de se ter que fundar mais uma instituição, mais uma fundação, mais um órgão e mais um cabide de emprego, para este Paraná que sabemos sofrido, que hoje vive crise financeira!

Não é possível que nós, representantes do povo, sabedores de fatos como esse, possamos, silenciosamente, passivamente, concordar com um projeto como este.

Por estas razões, que eu, nobre Deputado, entendi que deveria deixar registrado nos Anais desta Casa, a minha posição contrária a esta Mensagem do Governo do Estado. E também a minha posição contrária a todo projeto como este, projeto sério, Mensagem séria e que não nos dá condições de nos aprofundarmos mais para que até, quem sabe, possamos ter até uma posição favorável.

Esta a razão pela qual entendi que devesse fazer este aparte a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Nobre Deputado, em determinado momento de seu aparte, Vossa Excelência fez uma pergunta: "Onde está e qual o papel do Legislativo, neste quadro todo?"

Entendemos que a velha colocação que o Legislativo no Brasil, a partir de sessenta e quatro, nada mais é do que uma moldura de carvalho num quadro falso de democracia que se

apresenta para o exterior e continua de pé.

Quanto a criação de organismos, nós estivemos nesta tribuna a falar, quando criou-se a EMOPAR. Empresa que teria e tem como objetivo, coordenar e executar todas as obras do Estado, substituindo o DUE. No entanto, até para construir-se o anexo do plenário deste Poder, a presente da EMOPAR é necessária e é de lei, mas tivemos o desprazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de ver rejeitada uma emenda do ex-Deputado Waldenício Barbalho, que transferia também à EMOPAR a responsabilidade de construir as obras destinadas ao Poder Judiciário deste Estado, quer dizer, cria-se a EMOPAR, com a responsabilidade de construir as obras do antigo DUE, mas não tem a coragem o Poder Executivo, que faz e desfaz conosco aqui no Poder Legislativo, como eu disse, a moldura de carvalho no quadro falso de democracia que se apresenta, mas não tem coragem de desvincular as verbas de construções do Poder Judiciário do Estado, que não deveria ter a responsabilidade sobre si, ele, Poder Judiciário, de construir foruns, ou de construir, em comarcas pequenas, casas para juizes obrigando os prefeitos a gastarem os seus minguados orçamentos construindo casas para os magistrados e para os promotores públicos.

Se houvesse obrigação, esta seria do Poder Estadual e jamais do município que quando quer ser elevado a comarca, tem que arcar com esta responsabilidade também.

Mas vamos cobrar em outras oportunidades essa presença da EMOPAR. Por que não? Se ela foi criada para dirigir e cuidar de todas as construções do Estado, tanto do Executivo como do Legislativo, e aí vem a sua pergunta: onde está a harmonia dos Poderes? Onde está a independência dos Poderes? Como colocar isso, se existe um organismo do Estado responsável por edificações, e um outro órgão faz as suas próprias edificações, sem ter que dar qualquer satisfação ao Poder Executivo através da EMOPAR.

São distorções que continuarão havendo enquanto não for este País realmente uma democracia representativa, onde todos os homens desta Nação, possam opinar desde o bóia-fria do norte velho, do norte novo, ao capitalista que reside na capital e fora daqui, opinando em todos os momentos em todas as oportunidades.

Mas a Mensagem a lei e o projeto, diz aqui em uma das suas posições, que o objetivo é assessorar o Governo e outros órgãos públicos, inclusive o setor privado, na elaboração e análise de projetos especiais, pertinentes à política de recursos humanos.

Já falei ontem aqui. Existe neste Estado, uma Secretaria de Planejamento, composta de funcionários altamente remunerados, PHDs com curso no exterior, remunerados pelo Estado, que poderia, acredito, que tem capacidade de desenvolver todo o enunciado nesta lei cumprida a promessa do Governador Ney Braga, antes de assumir, quando ele dizia que a Secretaria de Recursos Humanos poderia perfeitamente ser extinta, e ela não foi.

Não extingue e cria outra paralela.

Então vejam Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós continuamos a bater na mesma tecla. Enquanto não tivermos realmente possibilidade do povo falar e ser ouvido por seus representantes nós vamos ter que engolir mensagens como esta, que criam até um mal estar entre nós, mas nós vamos ter que ficar ouvindo sempre a mesma coisa. E a Mensagem do Governo vai ser aprovada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em discussão.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando votação nominal para os Projetos de Lei n.ºs 97/79 e 98/79, em 2a. discussão. Em votação. **APROVADO.**

A Mesa esclarece aos nobres Deputados de que a votação

será nominal e o Sr. 1.^o Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados e os que votarem a favor do projeto responderão "sim", e os que votarem contrariamente responderão "não".

Solicito do Sr. 1.^o Secretário que faça a chamada nominal para efeito de votação.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - 43 Srs. Deputados responderem "sim". Nenhum Sr. Deputado respondeu "não". **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 98/79, - de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem Governamental n.º 77/79), que autoriza àquele Poder a abertura de crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.- **COM PRAZO CONSTITUCIONAL.- Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 108/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem Governamental n.º 78/79), que dá nova redação ao artigo 1.^o, da Lei n.º 7.079, de 08/01/79, na qual autorizava a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o Fundo de Previdência da Parlamentar - FEPPA. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.- **EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando o desligamento da Comissão Especial, composta para acompanhar as diligências policiais relacionadas ao crime ocorrido contra o jornalista proprietário do Jornal "A Fronteira do Iguaçu", por motivos de foro íntimo.- **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, tendo em vista a solicitação de desligamento, formulada pelo Sr. Deputado Renato Bueno, da Comissão Especial acima mencionada, indica o Sr. Deputado David Cheriegate para compor a mesma.- **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Floraf, Senhor Urbano Pedroni.- **Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 13.^o aniversário de fundação do Município de Assis Chateaubriand.- **Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo a diversos médicos, pela realização em Curitiba, do 1.^o Curso de Cirurgia Vascular.- **Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe que a verba de que trata a Mensagem n.º 77/79, seja aplicada para a reclassificação de cargos da Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Poder Executivo.- **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ TAVARES - Pela ordem. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Procede o seu pedido.

(É procedida a verificação de votação).

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. **(Pausa).** Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. **(Pausa).** 13 Srs. Deputados o aprovam; 28 Srs. Deputados o rejeitam.- **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 97/79.- **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 58/77.- **Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre a paralização das obras de asfaltamento das Rodovias PRT-487 e PRT-460.- **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem) -- Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Deferido.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. **(Pausa).**

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela ordem) -- Sr. Presidente, não quero, absolutamente, ser rebelde e nem poderia. Mas, não posso deixar de acompanhar o requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos.

Só queria justificar meu voto, minha posição não como rebelde.

O SR. ANTÔNIO FACCI - (Para encaminhar a votação).

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) -- Sr. Presidente, no processo de verificação de votação não é permitido o encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Para esclarecer o nobre Líder, o Artigo 172...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) -- Sr. Presidente, Vossa Excelência está equivocado. A votação já se procedeu, estamos em processo de verificação de votação.

Não se justifica a concessão da palavra para encaminhamento dessa mesma votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) -- Sr. Presidente, no momento em que Vossa Excelência acatou a questão de ordem do Deputado Jurandir Messias, o processo de verificação de votação foi alterado. Recomeça o processo.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) -- Sr. Presidente, embora o respeito que me merece a Presidência, Vossa Excelência não poderia nem admitir a Questão de Ordem do Deputado Jurandir Messias. Porquanto, justificação de voto é apenas por escrito; encaminhado à Mesa após a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. O posicionamento do Deputado Jurandir Messias é digno de louvores.

A verdade é que estivemos, nesta semana, naquela região, onde, modestamente, tivemos alguns votos. E lá, encontramos uma verdadeira reação popular contra a retirada das máquinas que estavam processando a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Campo Mourão a Pitanga.

Sou Deputado representando mais Maringá, de que a Região de Campo Mourão, porque sou oriundo de Maringá.

Esta estrada que ligará Iretama, Campo Mourão e Pitanga, fará, necessariamente com que a produção agrícola que hoje é transportada por Maringá, passe a ser transportada por aquela rodovia.

Na oportunidade, Srs. Deputados, em que todos nós, deste País, estamos abraçados a esta luta para economizar combustíveis.

tível, para que possamos ver o Brasil, pelo menos, ficar fora desta possibilidade de desculpa que é o petróleo que está endividando a Nação, votamos contra um requerimento como este.

O trajeto de Curitiba a Campo Mourão, portanto, ao corredor de exportação de Paranaguá, será diminuído em 90 km., com a construção dessa rodovia, para rodovia já com toda a sua base preparada, em uma região difícil que é perto de Campo Mourão, Iretama, Roncador, Pitanga, com os cortes todos prontos, e está sendo paralizada.

O Deputado Darcy Deitos nada mais está fazendo ao firmar esse requerimento, do que atender aos reclamos da população daquela região e digo mais, chamando até à responsabilidade, o Deputado Augusto Carneiro, que representa Campo Mourão aqui nesta Casa.

Fomos cobrados lá, porque nós não falávamos, já que um trabalho da Cooperativa Agrícola de Campo Mourão, a COAMO, foi encaminhado ao Deputado Augusto Carneiro para que este questionasse, exigisse a permanência das máquinas, e ele teria dito que não poderia fazer isso, porque é Vice-Líder do Governo e teria que apoiar as iniciativas Governamentais. O que fez a COAMO? Foi até uma inauguração em que comparecia o Secretário dos Transportes do Estado e levou esse trabalho, diretamente a ele, por que? É que nós do Poder Legislativo, apenas porque pertencemos a uma determinada facção ou ocupamos eventualmente uma posição precisamos deixar de falar em nome do povo dessa terra, da terra que nos elegeu. Não posso admitir em hipótese alguma, ver um requerimento como esse rejeitado. Ninguém está aqui a provocar. Estamos indo de encontro ao programa Governamental, que é encurtar distâncias. A Rodovia 376 que é a Rodovia do Café, está por demais congestionada, com acidentes diários, ceifando vidas valiosas. Não pode permanecer como única via de acesso ao corredor de exportação. É necessário que se abram novas rodovias. Uma das alternativas que está sendo utilizada, é a rodovia que passa por Barbosa Ferraz, Fênix, e sai aqui na frente e o que está acontecendo? Essa rodovia foi construída na que nós chamávamos "casca de ovo", e que a ARENA não aceita e que o Governo não aceita, porque é de fato, de grande utilidade, mas que construída com espessura para não suportar tráfego pesado e hoje está sendo utilizada por carretas de grandes tonelagens e em poucos dias estará totalmente danificada.

Então porque se votar contra um requerimento que pede apenas a construção de uma rodovia que encurta distâncias, necessária para uma região sofrida e vejam bem, uma das poucas ainda que a mecanização não tomou conta e tem lá um grande número de pessoas e de paranaenses, que vivem ainda da enxada e que precisam inevitavelmente de exportar a sua produção com maior facilidade. Tem um entreposto da COAMO em Iretama, outro em Campo Mourão, etc. e então, a produção dessa gente tem que vir a Campo Mourão, passar pelo terminal ferroviário ou rodoviário de Maringá, para atingir a rodovia que traz ao Porto de Paranaguá. Quanto a mais custa isso? Está parecendo até, Sr. Presidente, Srs. Deputados o passeio do trigo que nós mandamos primeiro para São Paulo para ser moído e depois volta para ser consumido aqui.

Esta parece ser a atitude da bancada majoritária desta Casa. Quando nós votamos favorável a um projeto do Governo que pede uma suplementação de verba ou um empréstimo e esta agora, créditos adicionais. Mas vejam: ali é que está a grande preocupação. Este crédito adicional, por exemplo, tirando dinheiro de aplicação em capital, para pessoal, mas nós autorizamos agora há pouco tempo, um empréstimo para a construção de obras.

É necessário, portanto, Sr. Presidente, que haja, pelo mínimo, interesse que o Poder Legislativo participe do processo.

Essa rodovia é necessária, será construída quando? Porque há quinze anos ela está iniciada.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Para encaminhar, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente.

Nós não podemos entender como é que esta Casa pode negar seguimento e provimento a um pedido de informação formulado por um representante legítimo do povo, que quer saber do Governo do Estado as razões pelas quais uma determinada estrada teve as suas obras paralizadas.

Nós aqui nesta Casa, já tivemos duas ou mais oportunidades de nos referirmos a obras de pavimentação asfáltica, de estradas do Norte do Paraná. É o caso da obra que liga Bela Vista do Paraíso a 1º Primeiro de Maio; é o caso da estrada que liga Sertãoópolis a Bela Vista do Paraíso. São estradas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são estradas altamente necessárias para o desenvolvimento da região. São estradas que já têm grande parte de sua obra compactada, só falta receber a camada asfáltica. Não é possível que nós possamos ouvir e admitir que estas obras foram paralizadas, ora por problema político como é o caso de Bela Vista a Primeiro de Maio, que não nos interessa porque lá o Sr. Jayme Canet tem fazenda e a estrada passa dentro da sua fazenda.

Ora, porque o Estado como nós sabemos, está a beira da falência porque está em crise econômico-financeira. Mas pergunto a Vossa Excelência e aos nobres Deputados da ARENA, como é que pode um Estado em situação econômico-financeira difícil, como é o caso do Paraná, ele não tem dinheiro para concluir obras, estradas, asfaltar estradas que só podem gerar mais riquezas ao Paraná, mas tem dinheiro, por exemplo, para criar uma Fundação - uma FIDEPAR, e abre a esta FIDEPAR recursos de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros.

Onde é que está a situação difícil porque passa o Estado em termos econômicos? Para concluir uma obra, como esta de Campo Mourão a Iretama, de Iretama a Pitanga, uma região eminentemente agrícola, uma região rica, que muito tem contribuído para o desenvolvimento do Paraná como essas outras estradas que acabei de citar do Norte do Paraná.

Sr. Presidente, não é possível! Gostaria de apelar ao bom senso dos nobres companheiros, Deputados da ARENA, para que não tolham um pedido de informações como este. Não é possível!

O que o eminente Deputado Darcy Deitos quer saber é exatamente o que os eleitores, os munícipes, em síntese o povo do Paraná que reside naquela região indaga do Deputado.

E aqui temos Deputados que representam estas regiões às quais fiz referência. Faria um apelo aos Excelentíssimos Deputados, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, Rosário Pitelli, Ruben Valduga, homens que também como eu, representam estas regiões, para que não aceitem, que um simples pedido de informações seja tolhido na Mesa simplesmente porque o seu partido tem maioria nesta Casa.

Não é possível! Simplesmente quer se saber quais as razões da paralização de uma estrada.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto-me na obrigação de encaminhar a votação apesar

de reconhecer que anti-regimental o encaminhamento de votação, na verificação de votação, mas como foi aberto o prece-dente e meu nome foi citado, sinto-me na obrigação, repito. Não se questiona quanto a necessidade de fazer esse asfalto, ligando essas Regiões importantes, do Noroeste e Oeste do Paraná com o Sul, com a Capital do Estado e com o Porto de Paranaguá. Toda aquela região reivindica e luta sem tréguas, para conquistar esta estrada.

Sábado tivemos uma reunião com Lideranças da micro-região de Campo Mourão, não só políticos mas também das Cooperativas Agrícolas daquela região, com a presença da Co-operativa de Ubitatã, da Cooperativa de Goioerê e a grande Cooperativa de Campo Mourão, com o Sr. Secretário dos Transportes, apelando, pedindo e implorando até para que não paralisasse esta estrada que se acha contratada, ligação de Pitanga a Campo Mourão, tivemos ciência e a informação do Sr. Secretário, de que não seria paralisado totalmente a construção da estrada mas que seria desacelerado por enquanto, e de que no início do ano que vem essa estrada teria o acelera-mento necessário e esperado por todo o povo da nossa região. Conversei hoje, demoradamente, com Sua Excelência o Sr. Governador do Estado e entreguei nas mãos um apelo, um ex-pediente escrito das cooperativas daquela região, da maioria das Câmaras de Vereadores e da Associação dos Prefeitos daquela região.

A informação e a esperança que tive, do Governador do Estado, é de que assim que se enquadre na condição finan-ceira capaz, de continuar aceleradamente aquela estrada, esta obra sairá.

Hoje aqui, votei contra o requerimento do ilustre Depu-tado Darcy Deitos porque ele dirige um requerimento pedindo informações, cuja informação já tenho de sobra e já transmiti a toda região, cuja informação já transmiti ao povo de Campo Mourão e o Prefeito levou hoje a informação, as cooperativas já receberam expediente escrito da minha parte dizendo que também já tiveram de Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes a devida informação, pedida. Então, não vejo razão mais de pedir informação, quando todas as lideranças e as cooperativas daquela região já tem informação a respeito.

E isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu me senti no dever de posicionar e esclarecer. E a informação pedida pelo ilustre Deputado Darcy Deitos, creio que nestas minhas pala-vras está dada.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente.

A ilustre bancada do MDB fica assim ligeiramente estre-mecida e sentida quando as informações necessárias serão prestadas pelos homens que com muita honra têm neste mo-mento a satisfação de representar a bancada do Governo neste querido Estado do Paraná.

Apenas para um esclarecimento, apenas para dirimir dúvidas. Quando se faz estradas como o grande Governador Jayme Canet fez, vem os homens do MDB dizer que são "casca de ovo", vêm os homens a nos criticar, a nos menosprezar, agora eles querem a "casca de ovo" que há de sair também no grande Governo Ney Braga. Porque, Sr. Presidente, Srs. Depu-tados e ilustre bancada da Oposição, pela qual dedico a maior admiração, apenas para esclarecer. Que em minha região, na sexta-feira passada, tivemos a satisfação de inaugurar o trecho de estrada, asfaltada de Guapirama a Joaquim Távora, vamos inaugurar dentro em breve, de Ribeirão do Pinhal a Jundiá do Sul, fechando assim, a malha rodoviária necessária, para o escoamento dos produtos de nossa região para o Porto de Pa-ranaguá.

O que não é possível, o que não é admissível, vir nos momentos inoportunos requerimentos intolerantes, porque a

bancada da ARENA, da Região de Pintanga, tem no Deputado Jurandir Messias e na Região de Campo Mourão, o Deputado Augusto Carneiro, eles que são dedicados e diuturnamente cobrando dos Srs. Secretários. Perdoe-me os Colegas da ARENA em falar destes três homens e também de um representante daquela cidade, que é o Deputado Leônidas Chaves.

E neste momento queremos dizer um basta! Vamos dei-xar os Secretários agirem. Não queremos, neste momento, a não ser ver os companheiros do MDB e da ARENA bene-ficiados, para inaugurarmos aquela estrada. Sr. Presidente, mesmo que sendo "casca de ovo", vamos inaugurar. (Palmas da bancada da ARENA).— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação. (Pausa). 13 Srs. Deputados o aprovam; 26 Srs. Deputados o rejeitam. **Rejeitado.**

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem. (Assentimento).

Requeiro de Vossa Excelência, da Mesa, que me seja for-necida uma certidão ou um xerox da ata desta sessão, que conste o meu voto favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Será entregue a Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos diretores proprietários da Retífica Motorama Ltda. pelas suas novas instalações. **Aprovado.**— Ao Departamento Legis-lativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 28/79.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wande-der, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário do Interior, visando a implantação do sistema Monocanal na Vila São Camílio, Município de Palotina.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Educação e à Fundação Univer-sidade Estadual de Londrina, encaminhando expediente oriun-do da Loja Maçônica "Rui Barbosa" da Cidade de Sertanópolis, visando a criação e instalação de uma Escola Agrícola.— Em discussão.

O SR. EDILSON ALENCAR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wan-derer, constante do expediente, solicitando voto de congratu-lações à "Casa da Estudante Universitária de Curitiba" pela passagem dos seus 25 anos de fundação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wan-derer, constante do expediente, solicitando o envio de expe-diente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., desta Capital, a fim de ser estudada a viabilidade da instalação de uma agência na sede do Município de Alto Piquiri.— Em discussão.

O SR. EDILSON ALENCAR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Rio Sul Serviços Aéreos Regionais S/A., encarecendo que a referida empresa inclua em sua rota, vôos

diários entre Campo Mourao e Curitiba. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do discurso proferido pelo Doutor Lineu Ristow, Diretor proprietário da Retífica Motorama Lyda. — **Aprovado.** (**O discurso acha-se publicado no final desta ata.**) — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lido da tribuna, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de punir os responsáveis pela invasão da cadeia pública de Piracurara. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Círculo de Marumbistas de Curitiba e Preito de Homenagem aos primeiros conquistadores do Pico Marumbi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo uma solução visando normalizar a situação dos presos políticos da Penitenciária Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, que há 30 dias iniciaram greve de fome. — Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH (**Questão de ordem**) — Sr. Presidente, Vossa Excelência conforme consta das notas taquigráficas, acabou definindo a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — Vossa Excelência há de convir com a Presidência de que os Srs. Deputados levantaram-se, e não poderei consignar a votação contrariamente à bancada que rejeitou o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Após a votação definida, Sr. Presidente, Vossa Excelência já havia definido.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se (**Pausa**).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (**Pausa**).

12 Srs. Deputados o aprovam; 25, o rejeitam. — **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, regimentoalmente, porque, no início dos trabalhos desta sessão, quando usava a tribuna, no Pequeno Expediente, pedi a Vossa Excelência que fosse transcrito nos Anais da Casa, o editorial publicado pelo Jornal "O Estado do Paraná", edição de hoje.

Queria, regimentoalmente, requerer a Vossa Excelência que se digne enviar fotocópia do referido editorial ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná e ao Sr. Diretor do DETRAN.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — Solicito ao Sr. Deputado José Tavares que encaminhe o pedido por escrito, à Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para amanhã, dia 22, quarta-feira, às 15,00 horas, uma Sessão Solene, destinada à entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná.

Fica marcada uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 113 e 149/78 e 56, 64, 72, 77, 97, 98 e 108/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 84, 85, 86, 88 e 92/79.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 91/79; e marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 49, 60, 61 e 62/79.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINEU TURRA, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 21 DE AGOSTO DE 1.979.

Excelentíssimo Senhor Doutor DARIO LOPES DOS SANTOS, em representação do Sr. Prefeito Municipal de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Doutor CONSTANTINO COSMOS COMNINOS, em representação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Doutor LINEU TURRA, Deputado Estadual;

Excelentíssimo Senhor BAPTISTA CHEROBIM, Prefeito Municipal de Palmeira;

Excelentíssimo Senhor EUGÊNIO BINN, Vereador de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor DIRETOR DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ;

Excelentíssimos Srs. DIRETORES DAS INDÚSTRIAS DE AUTO PEÇAS;

Excelentíssimos Senhores DIRETORES DAS RETÍFICAS DE CURITIBA;

Excelentíssimos Senhores REPRESENTANTES COMERCIAIS DAS INDÚSTRIAS DE AUTO PEÇAS; SENHORAS E SENHORES, NOSSOS CONVIVIDOS.

Há vinte anos, numa pequena oficina de 300 mts. quadrados, iniciávamos nossas atividades no ramo de retificação de motores.

Com a ajuda de Deus a pequena Motorama, cresceu, desenvolveu-se e frutificou generosamente.

Dentre os inúmeros objetivos o de possuirmos a casa própria está realizado.

E hoje temos a satisfação de entregar a Curitiba, ao Paraná e ao Brasil, o maior conjunto arquitetônico para uso na atividade industrial de retificação de motores da América Latina.

Olhando para trás, conforta-nos a certeza e a consciência inabalável do dever cumprido.

Dentro do nosso programa de trabalho e da nossa filosofia de ação, um privilégio nos honra, uma satisfação nos exalta: o fato de termos merecido sempre por parte de nossos fornecedores, dos representantes das indústrias, dos clientes, a melhor acolhida, o maior apoio, a melhor receptividade.

Essa receptividade compensou largamente todos os esforços, constituindo em estímulo para novas realizações e novas iniciativas em benefício do cliente da indústria, da família Motorama.

Mais do que isso - essa receptividade representou para nós um desafio. Um desafio o qual nos propuzemos a realizar -, - e hoje ao inaugurarmos nossas novas instalações, teremos a satisfação de apresentar aos presentes, nosso projeto álcool, desenvolvido em

cooperação com KS PISTÕES, para os veículos VW cilindradas, PASSAT 1500 cilindradas e OPALA 2500 cilindradas, bem como, apresenta duas unidades de veículos da linha FORD e CHEVROLET, acoplados com motores M W M de quatro e seis cilindros, instalados em nossas oficinas, linha de motores diesel, original em veículos, tratores, e para utilização em atividades industriais, marítimas e estacionária, cuja revenda temos a honra e a satisfação de representar em todo o sul do Estado do Paraná.

Completando esta gama de apresentações teremos a satisfação de deleitar os olhos de nossos convidados com diversos "stands" de peças de motores que igualmente temos a distinção de representar no Estado do Paraná, tais como COFAP — Ks pistões - Federal - Mogul Bronzinas - Juntas Flexa - Engrenagens Resolite - Velas NGK — Virabrequins Impávi e Óleos Esso.

Senhores Convidados.

Relatar a história da nossa Empresa torna-se desnecessário, afirmaremos, apenas que nos orgulhamos do caminho percorrido.

Com esforço, dedicação e idealismo, podemos afirmar que fomos bem sucedidos em nossos propósitos.

Entretanto, para que o sucesso fosse alcançado, não poderemos esquecer a preciosa colaboração e o inestimável devotamento de muitos.

Colaboração e devotamento sem os quais as nossas metas jamais teriam sido atingidas.

Destacamos inicialmente o carinho, a dedicação de nossas esposas e filhos. Aos nossos filhos desejamos nesta oportunidade transmitir, uma verdade dita por Franklin Delano Roosevelt:— É MUITO MELHOR ARRISCAR COISAS GRANDIOSAS, ALCANÇAR TRIUNFOS E GLÓRIA, MESMO EXPONDO-SE À DERROTAS AMARGAS, DO QUE FORMAR FILA COM POBRES DE ESPÍRITO QUE NEM MUITO GOZAM, NEM MUITO SOFREM, PORQUE VIVEM NESTA PENUMBRA CINZENTA E NÃO CONHECEM VITÓRIA NEM DERROTA.

Destacamos a seguir a nossa equipe de colaboradores, diretores, gerentes, chefes de setores, vendedores, funcionários, mecânicos.

Muito devemos sem dúvida, ao seu esforço, a sua colaboração devotada, ao seu trabalho digno. Todos, em todas as categorias funcionais e em todos os níveis hierárquicos, foram também artífices e participantes desta obra magnífica. A todos esses colaboradores dedicados manifestamos neste instante a expressão do nosso reconhecimento.

Não poderemos esquecer os nossos clientes, que hoje somam centenas, e que com o prestígio incondicional, com o apoio constante, muito fizemos, e a quem neste momento transmitimos o nosso agradecimento e a nossa promessa de continuarmos na firme disposição de serviços procurando dar melhor qualidade e maior carinho.

Continuando, temos bem presente em nosso espírito a legião dos nossos fornecedores e seus representantes, os industriais de nossa pátria, a quem devemos a qualidade excepcional das peças que apli-

camos nos motores entregues ao público consumidor.

Lembramos também os dirigentes das nossas instituições bancárias, representantes da nossa política econômica-financeira, a quem, também dirigimos as nossas palavras de agradecimento.

Senhoras, Senhores.

Sentimos dentro da alma um sentimento espetacular de orgulho por essa realização auspiciosa. E o nosso orgulho redobra pelo fato de nossa Empresa ter acompanhado o desenvolvimento brasileiro dos últimos anos.

Pois, dentro de nossa concepção de desenvolvimento ele deve ser íntegro, harmônico, polivalente e multiforme. Só assim, realmente, poderemos conceber o progresso: na coexistência admirável da matéria e do espírito. Da matéria que constrói, que edifica mais passa. E do espírito que, eternizando as coisas criadas pelo homem, lhes dá também a sua dimensão mais pura e mais autêntica. Concluindo: não o faremos sem um agradecimento todo especial. Agradecemos, de coração, a todos quantos, atendendo ao nosso convite, se dignaram a abrilhantar com as suas presenças amigas a esta inauguração.

Sentimo-nos, profundamente jubilosos e honrados pelo prestigamento de todos. A alegria, quando copartilhada, é incomparavelmente mais intensa.

Por isso, a nossa alegria, a nossa emoção, a nossa felicidade, não poderiam ser maiores, nesta hora, que, para nós, tem a significação que as palavras são incapazes de retratar completamente.

Muito obrigado.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 297/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 709/79, de 23 de janeiro de 1.979, deste Poder,

R E S O L V E:

aposentar a pedido, nos termos do Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, incisos I e III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, por somar mais de trinta e cinco (35) anos de serviço público, MANOEL PINHEIRO CANGUSSU, matrícula n.º 571, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao ser cargo, acrescido das vantagens previstas no Art. 4º, § 1º, da Resolução nº 2/64, Arts. 170, parágrafo único e 171, §§ 1º e 2º e Art. 140, inciso III, da Lei nº 6174 supra-citada e Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1.976.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28/03/79

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário